



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 4/2024/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 11 e 18 de dezembro de 2023, aprovada na sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2024, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. ---
Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 19 de fevereiro de 2024. ---

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



J. da Cunha

ATA N.º 15 – No dia 11 de dezembro de 2023, reuniu, às 20 horas e 45 minutos, no Europarque, para a 1.ª reunião da Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.ª Secretários(as) da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 14 – Sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023;**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Informação do Auditor Externo – 1.º semestre de 2023;**
- 4 – Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2024;**
- 5 – Mapa de Pessoal 2024 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade;**
- 6 – Retificação do Mapa de Pessoal 2023;**
- 7 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA para 2024;**
- 8 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, EM para 2024;**
- 9 – Contrato-Programa entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira;**
- 10 – A1 - Auto-Estrada do Norte - Sublanço Feira-Carvalhos - Trecho Feira - Nó com o IC 24 - Alargamento e Beneficiação de 2x3 vias;**
- 11 – Consulta ao mercado para aquisição de imóveis para a habitação no âmbito do 1.º Direito/Plano de Recuperação e Resiliência, Investimento RE-C02-I01 – Programa de apoio ao Acesso à Habitação;**
- 12 – Protocolo de cedência de instalações entre o Município e a**



- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; -----**
- 13 – Reforço/Atualização do apoio atribuído à Junta de Freguesia de Fiães – Obras de requalificação, adaptação, de edifício para instalação da Sede da Junta de Freguesia; -----**
- 14 – 5.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes; -----**
- 15 – Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, a celebrar entre a AMP - Área Metropolitana do Porto e o Município, bem como assunção do respetivo compromisso plurianual; -----**
- 16 – Transferência de Competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto - AMP nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em Vias Navegáveis Interiores; -----**
- 17 – Concessão de Serviço Público Gestão e Exploração da Interface de Transportes Lourosa/Fiães; -----**
- 18 – Dedução da taxa de IMI atendendo ao número de dependentes – proposta de revogação parcial da deliberação tomada na SO de 22/09/2023; -----**
- 19 – Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação para o exercício de 2024; -----**
- 20 – Alteração da postura de trânsito na Avenida do Monumento – São João de Ver; -----**
- 21 – Alteração da Postura de Trânsito - Rua do Cabo – Sanguedo; -----**
- 22 – Convocação do secretariado executivo metropolitano – *aditado ao abrigo do n.º 3 do artigo 20.º do Regimento.* -----**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta 1.ª reunião, pelo seu



Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição da Vereadora Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves).-----
Não esteve presente o Vereador Vitor Carlos Latourrette Marques.-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Informou que os membros Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD) e Manuel Oliveira de Almeida (PS) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Ana Lamas: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva, -----
- Manuel de Almeida: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa;--

Informou, ainda, da entrada na Mesa de 3 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Mozelos: José Carlos Pinto da Silva (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Maria José Reis Ferreira Coimbra;-----
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a



representação no Tesoureiro do Executivo: Renato de Almeida Faria; -----
• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho.---

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início desta 1.^a reunião, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Mozelos – Maria José Reis Ferreira Coimbra; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Renato de Almeida Faria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----



A. Cunha

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----
Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----
Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----
Independente (IND): Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

Entrou no decorrer da reunião: Armando de Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD).-----
Faltou à reunião, sem ser substituída: Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada a 22 de setembro de 2023, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.-----

Ana Cunha



Ana Cunha

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 3 documentos para serem apreciados – 1 moção da IL, 1 voto de condenação do CH e 1 voto de saudação do CDS-PP – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro, Carlos Cunha. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“1. UNIR-----

Depois da tão anunciada “Unir”, expressão que sugere a nossa definitiva ligação entre as freguesias do município a outros da Área Metropolitana, eis que nos confrontamos com tal confusão, cujo resultado foi mesmo “Unir” utentes em desespero contra a incompetência de quem gere os transportes públicos tanto na Feira como na Área Metropolitana do Porto. - De facto, se a resposta existente no concelho não era adequada, com a UNIR, conseguimos regredir ainda mais, criando enormes dificuldades àqueles que dela necessitam. A falta de respeito pelos munícipes, que dependem dos transportes para ir trabalhar, que contavam com eles e se depararam, esta semana, com filas infernais no terminal de Lourosa, com a falta de respostas no atendimento, ou com respostas insólitas, do género: “vá à General Torres, pode ser que lhe saibam dar informações!”. Isto é o resultado de carreiras que não aparecem nos horários, trajetos alterados cuja consequência, para além do desespero, se se tem saldado em viagens entre trabalho-casa, que se faziam em menos de uma hora, a demorarem perto de 3 horas. O concelho é grande, mas não tanto que justifique uma demora de 3 horas, entre o centro da cidade e a freguesia de Lobão, por



exemplo!-----

Uma semana passou e estes são só pequenos exemplos que demonstram o caos a que chegámos! Por mais que nos digam que os trajetos não são competência da Câmara, os documentos oficiais provam-nos o contrário, pois mostram claramente que foi por orientação da câmara que aqueles horários e trajetos foram levados a concurso! -----

Como chegámos até aqui? Qual a razão para tamanha falta de competência na resposta necessária dos transportes públicos rodoviários? -----

O que podemos esperar nos próximos tempos? Em que moldes está a funcionar o Centro Coordenador de Transportes? -----

2. Amianto-----

Como é do conhecimento público, a presença de estruturas degradadas contendo amianto representa um problema de saúde pública que é necessário enfrentar e resolver. -----

Em 2011, foi publicada a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, que prevê a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos. Lamentavelmente, o processo de remoção está longe de ser concluído. -----

Mais recentemente, no Despacho n.º 6573-A/2020, identifica-se a existência de amianto nos seguintes estabelecimentos de educação públicos do concelho de Santa Maria da Feira: -----

- Escola Básica de Argoncilhe, -----
- Escola Básica de Canedo, -----
- Escola Básica e Secundária de Arrifana, -----
- Jardim de Infância de Candal, -----
- Jardim de Infância de Fornos, Guisande. -----

Mas são só estes? -----

Tem a Câmara Municipal um levantamento rigoroso dos edifícios nestas condições? -----

Com a transferência de competências para a Câmara Municipal de todo o edificado em matéria de educação, a quem compete a remoção do amianto



desses estabelecimentos? Ao Governo, através do Orçamento de Estado (como deveria ser), ou estão previstos outros financiamentos com esta finalidade?-----

3. Para terminar a minha intervenção e uma vez que em múltiplos pontos da Ordem do Dia se aborda a questão da transferência de competências entre o poder central, local e áreas metropolitanas gostaríamos de reforçar a nossa posição:-----

Em relação à transferência de competências nas diversas áreas, nomeadamente a Educação, Saúde, Ação Social e Transportes, seja a nível municipal ou intermunicipal, nomeadamente para as áreas metropolitanas, a posição da CDU é muito crítica, pelo que não podemos deixar de denunciar a falsa regionalização que se está a tentar impor, desta forma, como facto consumado.-----

De facto, a nossa democracia, se outras razões não houvesse, continua incompleta por falta da criação das regiões administrativas, previstas logo no Artigo 236.º, ao definir como categorias de autarquias locais, as freguesias, os municípios e as regiões administrativas). Temos freguesias e municípios, com os seus órgãos respetivos. E as regiões administrativas? Não existem, no entanto, pelo facto de serem denominadas como autarquias, obriga à definição, em simultâneo, das suas áreas e à eleição dos seus órgãos (a Assembleia e Junta Regional). Portanto, as transferências de competências do poder central, seja para as autarquias existentes, seja para as áreas metropolitanas, que não são autarquias, não passam de processos pouco claros e democráticos. São sobretudo uma forma do poder central se ir desresponsabilizando de áreas fundamentais que têm a ver diretamente com os direitos universais dos cidadãos, como são a educação, a saúde, a ação social e os próprios transportes.-----

Quase 50 anos após o 25 de abril, é lamentável que continue incompleto o edifício democrático do nosso país.”-----



tra Cunha

Após esta intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia solicitou que as intervenções se cingissem, de momento, aos três documentos referenciados para o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“PELA RESOLUÇÃO DA SITUAÇÃO CAÓTICA NO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO-----

No passado dia 1 dezembro, a Área Metropolitana do Porto (AMP) passou a dispor de um novo serviço comum de transportes públicos rodoviários, com a marca UNIR, depois de um atribulado concurso, que se arrastou ao longo dos últimos anos devido a múltiplos entraves judiciais e económicos.-----

A nova rede de autocarros cobre todos os municípios da região e substituiu as cerca de 30 empresas que até àquela data prestavam serviços de autocarro, acabando com um modelo de concessões “linha a linha” herdado de 1948. A UNIR abrange, ao todo, 439 linhas, espalhadas pelos 17 municípios, cobrindo toda a operação já realizada anteriormente pelos operadores privados rodoviários que a nova empresa substitui.-----

Como argumentos usados a favor deste novo modelo, realça-se o facto de os autocarros da UNIR apresentarem uma imagem comum em todo o território, a renovação da frota com 200 novos autocarros e a incorporação do título Andante.-----

De acordo com informação vinda a público, os cinco lotes objeto da concessão vão custar 311,6 milhões de euros à AMP durante o período de vigência dos contratos de concessão do serviço público, que é de sete anos.

O nosso concelho foi integrado no lote Sul Nascente, que inclui Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Arouca, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e que será operado pela Xerbus (consórcio Xerpa Mobility com Monbus).-----

Após os primeiros dias desta “promissora operação”, os relatos dos



João Cunha



cidadãos do concelho não poderiam ser mais preocupantes: -----

- Os horários dos autocarros tardaram em ser publicados (só o foram na véspera e de forma apressada e confusa); -----
- Muitos horários anteriores foram suprimidos e os novos prejudicam os utentes, já que foram removidos horários fundamentais, tanto de manhã como no final do dia, o que faz com que muitos estudantes deixem de conseguir chegar a tempo às aulas e exames e que muitos trabalhadores não consigam chegar a tempo ao emprego ou apanhar transporte para casa após um dia de trabalho. Por exemplo, o último autocarro que conseguem apanhar dos Carvalhos para Sanguedo e Lobão é as 16:15; -----
- A informação horária é pouco clara e está em permanente alteração. Por exemplo, os horários da próxima semana ainda não estão disponíveis; -----
- Se o autocarro se dirige a um território fora da AMP, os utentes têm de pagar um preço superior, mesmo que sigam apenas até a uma paragem dentro da própria Área Metropolitana, por exemplo em Canedo; -----
- Os autocarros não têm máquina para validação de bilhetes, o que lesa quem adquiriu o passe; -----
- Os autocarros circulam sobrelotados, pondo em causa o conforto e a segurança dos passageiros; -----
- Acumulam-se passageiros em paragens onde os autocarros não aparecem, apesar de constarem nas rotas e horários publicados; -----
- Os abrigos para os passageiros são inexistentes ou absolutamente incapazes de os proteger do frio, vento e chuva; -----
- Muitos motoristas desconhecem a região e não conseguem informar os passageiros, havendo muitos casos em que se perdem ou circulam fora da rota; -----
- Em várias rotas, a sinalética do autocarro apresenta erros nas designações dos destinos, havendo mesmo casos em que a informação aparece noutras línguas; -----
- Em demasiados casos, as viagens são longas e incluem transbordo de



Ina Cunha

passageiros no percurso, tornando-se exageradamente demoradas e desconfortáveis;-----

- Não existe qualquer linha de apoio aos utentes que garanta respostas atempadas às necessidades e pedidos de informação.-----

Estas e muitas outras queixas têm sido partilhadas pelos passageiros. O caos da operação tem provocado uma onda de justa indignação por parte dos utentes e de todos os munícipes, cansados da crescente deterioração dos serviços públicos, num contexto de perda de poder de compra e asfixiante carga fiscal.-----

A oferta de serviços de transporte público de qualidade é um dos problemas mais prementes do concelho de Santa Maria da Feira e da Área Metropolitana do Porto, e é responsabilidade de todos os agentes trabalhar de forma séria e profissional para a sua resolução.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 11 de dezembro de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera-----

- Manifestar a sua preocupação pela forma como está a ser implementado o novo serviço comum de transportes públicos rodoviários da Área Metropolitana do Porto e transmitir esta preocupação à AMP.-----

- Recomendar à Câmara Municipal para que interceda junto da Área Metropolitana do Porto e da Empresa Metropolitana de Transportes para a resolução imediata dos constrangimentos deste serviço.-----

- Recomendar à Câmara Municipal diligenciar no sentido de disponibilizar, mesmo que provisoriamente, apoio e informação aos utentes do serviço de transportes rodoviários no concelho, nomeadamente informando-os devidamente das rotas e horários.-----

- Recomendar à Câmara Municipal a instalação de abrigos de passageiros em todas as paragens da rede UNIR.”-----

Handwritten signature and initials



Interveio o membro **Miguel Branco** (CH), que apresentou e explanou o voto de condenação que, seguidamente, se transcreve:-----

“O CHEGA CONDENA ATAQUES DO HAMAS E APELA À CRIAÇÃO DE CORREDORES HUMANITÁRIOS NA FAIXA DE GAZA -----

É com profundo pesar e veemente que O Chega se posiciona diante dos recentes ataques terroristas perpetrados pelo Hamas em Israel. Condenamos e repudiamos de forma absoluta, imediata e inequívoca todas as ações e atos de violência que resultaram em perdas de vidas inocentes. Neste momento difícil, expressamos o nosso pesar profundo pelas vítimas desses ataques, em particular pelas crianças inocentes, causando dor e sofrimento às famílias afetadas e ao povo israelense como um todo.-----

Solidarizamo-nos com as famílias enlutadas e os amigos das vítimas, reforçando nossa solidariedade com o povo israelense, que enfrenta momentos difíceis e desafiadores. -----

É imperativo que haja um apelo urgente à libertação de todos os reféns e pessoas sequestradas, bem como ao fim imediato das hostilidades. Reconhecemos a necessidade de preservar o acesso vital à água, comida e energia, essencial para a sobrevivência das populações afetadas por este conflito e garantir que as situações afetadas não sofram ainda mais devido a essas ações violentas. -----

Além disso, o Chega apelou à criação de corredores humanitários na Faixa de Gaza. Esses corredores são fundamentais para garantir que a ajuda humanitária, tão necessária neste momento crítico, possa chegar aos civis inocentes que estão a sofrer as consequências desses conflitos. É responsabilidade de todos nós garantir que o auxílio necessário seja concedido sem obstáculos, facilitando a entrega de água, comida e energia àquelas que mais precisam. -----

A solidariedade humanitária transcende fronteiras políticas e é um princípio fundamental. Ao condenarmos os atos terroristas, estamos também comprometidos em promover a paz e a ajuda humanitária para



João Cunha

aliviar o sofrimento das populações afetadas. Acreditamos que é dever de todos agir em prol da estabilidade e do bem-estar das pessoas, independentemente da sua origem. -----

Em tempos de crise, é essencial que nos esforcemos para buscar soluções que promovam a paz e a justiça.-----

O Chega reitera o seu apelo à comunidade internacional para que se neste esforço conjunto, aliviar o sofrimento e construir um caminho para um futuro mais seguro e harmonioso para todos os envolvidos.-----

Sendo assim propõem-se que esta Assembleia delibere:-----

1 - Condenar com o mais elevado protesto os ataques do Hamas em Israel nomeadamente na faixa de Gaza.-----

2 - Manifestar a solidariedade para com o povo israelense nesta hora de dor e sofrimento.-----

3 - Manifestar junto do governo de Portugal ativar mecanismos de apoio à comunidade de Israel. -----

4 - Desenvolver procedimentos facilitadores para acolhimento de familiares dos israelitas que já residam em Portugal.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou o voto de saudação que, seguidamente, se transcreve: -----

“Este ano comemora-se o 48º aniversário do 25 de Novembro 1975. -----

Se com o 25 de Abril caiu o Estado Novo, o 25 de Novembro trouxe a democracia e a liberdade. -----

Pelo caminho, houve o PREC (Processo Revolucionário em Curso), marcado por nacionalizações, ocupações, saneamentos e detenções por delito de opinião, a reforma agrária, a violência e a vontade da extrema-esquerda de instaurar um regime totalitário em Portugal.-----

É por isso que celebrar o 25 de Novembro, como o CDS-PP faz todos os anos há 48 anos, é uma questão de memória histórica, tributo, sentido de justiça e gratidão. -----



Dito isto, é ridículo e irracional que o PS tenha atualmente vergonha e renegue o 25 de Novembro, do qual também fez parte. Deste modo, o PS renega o melhor da sua história e a memória do fundador Mário Soares e tantos outros, que desde a Fonte Luminosa, em Lisboa, se levantaram em 1975 para enfrentar os extremismos ao lado do PSD e do CDS. -----
O CDS, 48 anos depois, continua determinado na defesa do regime democrático e da liberdade plena para todos os portugueses. De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o 25 de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o 25 de Abril anunciara.-----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 11 de dezembro de 2023, que:-----

- aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da democracia, da paz e da liberdade, iniciada em 25 de Abril de 1974;-----
- dê solene testemunho de gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como preste comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.” -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Susana Correia. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que o voto de condenação apresentado pelo Chega é equívoco, salientando que o grupo municipal do PS não consegue compreender, por exemplo, no 1.º ponto, ao que o Chega se refere, acrescentando que acha que até há alguma confusão em questões geográficas. -----

Considerou que há uma evolução do partido Chega, a nível municipal, com



Ana Cunha

proposta nos deve fazer a todos refletir sobre o valor da vida e sobre a necessidade de uma luta permanente pela liberdade e pelos direitos humanos. Antes de passar àquilo que é a minha opinião sobre a proposta do Chega e aquilo que é a posição do Bloco de Esquerda relativamente à proposta do Chega, quero deixar claro que repudiamos os ataques levados a cabo pelo Hamas, de assassinato, rapto de civis e da sua utilização como escudo humano. Esta é uma questão que qualquer defensor, na sua mais elementar forma, dos direitos humanos, deve ter e é esta a posição que o Bloco de Esquerda manifesta desde o primeiro momento. -----
Contudo, a atenção ao detalhe é muito importante, e, nesta proposta, o Chega faz um exercício enviesado, de repetir muitas vezes a mesma ideia, ela própria formulada de uma forma bastante enviesada, distorcida da realidade atual em que estamos a viver e naquilo que estamos a observar neste conflito, e com uma série de chavões que mostram uma certa incoerência relativamente a esta matéria. E não se trata de uma incoerência ideológica, porque esta matéria não é de direita, nem é de esquerda. Trata-se de uma incoerência humana, no seu ato mais elementar. O Chega diz, no início do texto do voto: 'condenamos e repudiamos de forma absoluta, imediata e inequívoca todas as ações e atos de violência que resultaram em perdas de vidas inocentes'. Mas, então, onde está o repúdio pelos crimes de guerra cometidos por Israel desde o início deste conflito? Onde está a manifestação de solidariedade pelo povo palestino? Aliás, em todo o texto da proposta, não é referida uma única vez a palavra Palestina. Mas, afinal, quanto vale uma vida humana para o Chega? Esta é uma questão que nós também nos devemos, todos, colocar. Não vale tanto um inocente israelita como um inocente palestino? -----
Não podemos chorar apenas as vítimas dos ataques do Hamas enquanto Israel leva a cabo uma política de limpeza étnica na Faixa de Gaza. São mais de 17 mil vítimas civis, 8 mil das quais crianças. E, já agora, o apelo aos corredores humanitários é também um bocadinho estranho, na medida



ho Cunha

em que é Israel, neste momento, que impõe um cerco à Faixa de Gaza, e um cerco à Faixa de gaza que dura já 16 anos. -----

Por omissão, esta proposta do Chega alinha-se com uma visão extremista, de ódio, apartheid, racismo, violência contra o povo palestino, que é veiculada pelo governo de Benjamin Netanyahu. Visão essa que repudiamos. -----

O reconhecimento de dois Estados independentes obriga a um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, visão essa que defendemos sem reservas. Votaremos contra esta proposta, precisamente por não ter um único sinal de contributo para uma paz sustentada e duradoura naquela região. -----

Relativamente ao voto do CDS sobre o 25 de Novembro, o Bloco de Esquerda mantém-se coerente com a posição, deste voto de saudação proposto, de que representa uma golpada ideológica e um revisionismo histórico sobre as verdadeiras origens da nossa democracia. Este golpe nada mais é do que uma tentativa de relevar as conquistas de 25 de Abril para segundo plano, pelo que votaremos contra. A garantia das liberdades, do salário mínimo, do direito à greve, do direito à organização política, da escola pública, de um verdadeiro Estado de Direito e das demais liberdades, foi consagrada pelo 25 de Abril de 74. Foi essa a revolução do povo contra a ditadura. Esta é uma posição que o Bloco de Esquerda tem manifestado sempre que este voto é apresentado, e reforçamos a nossa posição de que a democracia nasceu com e pela revolução do 25 de Abril. Não alinhamos nestes revisionismos históricos, estamos do lado da Liberdade, essa que foi conquistada pelo povo em Abril de 1974. -----

Relativamente à recomendação da Iniciativa Liberal, ao Bloco de Esquerda também chegaram relatos do autêntico caos que se tem assistido por todo o Concelho, com o início da operação da nova rede de transportes, operada pela Unir. É do conhecimento geral também que o Bloco de Esquerda várias vezes manifestou a sua preocupação pela qualidade e pela abrangência da rede de transportes públicos em Santa Maria da Feira, e



Ana Cunha

que também constatamos que, cada vez mais, há uma afluência maior a estes transportes públicos. E se, anteriormente, estas soluções já não respondiam às necessidades, então, agora, a situação que estamos a observar é de todo caótica e bastante pior do que aquela que tínhamos anteriormente. Eu quero recordar que, nesta Assembleia, e neste período de litígio que foi bastante longo, na resolução do contrato de concessão, quando questionado sobre o estado em que se encontravam os transportes públicos em Santa Maria da Feira, o Executivo, na pessoa do senhor Presidente, responsabilizou o processo litigioso, penso eu que com propriedade, porque estaria a atrasar a implementação da nova e melhorada solução para os transportes na Área Metropolitana do Porto. ---- Agora, que essa nova solução e melhorada já foi implementada, e não observamos melhorias, pelo contrário, um estado absolutamente caótico na utilização dos transportes públicos, julgo que importa, também, aferir responsabilidades e aferir a necessidade de intervir nesta matéria. Está na hora de pedir as responsabilidades a quem a tem. Votaremos favoravelmente a moção da Iniciativa Liberal e propomos, para além disso, que, ao abrigo da lei aplicável, a Mesa da Assembleia Municipal convoque o secretariado do executivo metropolitano para responder, perante os membros desta Assembleia, pelas atividades desenvolvidas nesta matéria.”

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) dando nota que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente os três documentos em discussão. -----
Relativamente à moção da IL a respeito do serviço de transportes públicos, disse que têm chegado à Câmara as mesmas preocupações sobre algumas incoerências nos horários e alguma problemática com a adaptação da UNIR a todo o processo, e já está a trabalhar, junto com os operadores e com a Área Metropolitana do Porto, para resolver essas questões. Referiu que, muito embora esta matéria esteja a servir para algum aproveitamento político, o que é natural, o grupo municipal do PSD vota favoravelmente a



ma Cunha

moção, solicitando à Câmara que esclareça o ponto da situação. -----

Sobre o voto de condenação do Chega disse que o PSD, ao contrário do que referiu o Tiago Paiva, consegue ver um caminho positivo neste voto, muito embora ache que existem, realmente, alguns lapsos, tais como nunca ser mencionada a palavra 'Palestina' ou 'Palestiniano', mas alude à perda de vidas inocentes e à necessidade da criação de corredores humanitários na Faixa de Gaza, pelo que acredita que a omissão não foi propositada.-----

Referiu que o PSD tem, obviamente, uma postura relativamente a esta matéria, como sejam, a defesa de dois Estados, a defesa do cessar-fogo imediato, a defesa do direito internacional, mas também defende o direito à defesa de Israel e, portanto, entende que o Chega, poderia ter feito algumas alterações que defenderiam melhor a sua posição.-----

Referiu que é de sublinhar o caminho que o Chega tem nesta Assembleia, através do membro Miguel Branco, que é o caminho do humanismo, do defender os direitos humanos, acrescentando que não concorda com aquilo que o Tiago Paiva retirou do voto, ao falar em apartheid e em quase genocídio. Realçou que, como nem ele, nem o grupo municipal do PSD conseguem ver isso, votariam, favoravelmente, o voto do Chega, deixando estas deixas, em jeito de declaração de voto.-----

Quanto ao voto de saudação ao 25 de Novembro, disse que a data em questão é um momento importante da democracia portuguesa, e que o PSD o reconhece, como o segundo grande momento de reafirmação da democracia, pelo que, obviamente, vota favoravelmente.-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Sobre a moção da Iniciativa Liberal, nós consideramos este ponto de suma importância, tanto é que dirigimos uma questão diretamente à Câmara, pois considerámo-la responsável por este caos, pelo que não pode demitir-se da resolução deste problema.-----



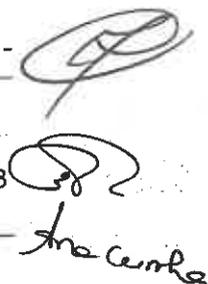
Ana Cunha

Sobre o voto do Chega, nós distanciámo-nos e condenamos as ações de violência que visem populações e vitimem inocentes, seja de um lado ou do outro. Mas, não podemos deixar de condenar a escalada de guerra de Israel contra o povo palestino, em particular os bombardeamentos indiscriminados e o bloqueio e a ameaça de uma maior agressão à população palestina na Faixa de Gaza, colocando-a entre a morte e a expulsão. Os dados que o Tiago avançou, eu tenho os dados de antes de entrar para aqui, já morreram mais de 23 mil pessoas na Faixa de Gaza, das quais 9 mil foram crianças. Se não é genocídio, anda lá perto, se calhar, têm mais de 14 anos, já não são crianças, já não é genocídio!----- Segundo a ONU, mais de 1 milhão e 800 mil pessoas foram obrigadas a sair da Faixa de Gaza e os abrigos das Nações Unidas estão muito longe de conseguir dar o apoio a todos. Exortamos para que sejam aplicadas deliberações da Assembleia Geral da ONU em relação a esta região do Médio Oriente, com existência pacífica entre os dois países e os dois povos. Sobre a moção do CDS relativamente ao 25 de Novembro, o 25 de Novembro não foi mais do que o fim do Processo Revolucionário em Curso, que vigorava desde a Revolução dos Cravos. Esta data sucedeu ao Verão quente, um período de alta tensão política e que ficou marcado por vários assaltos a sedes de partidos de esquerda, especialmente às do Partido Comunista, e à perseguição de muitos democratas e ativistas de esquerda. De qualquer forma, citando o Senhor Professor Doutor António Avelãs Nunes, foi o Novembro que Abril não merecia.” -----

Entrou o membro Armando Teixeira. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Como fui mencionado, vinha só dar uma resposta ao João (Cunha), quando nos acusou de aproveitamento político por estarmos a trazer aqui



ma Cunha

um assunto que interessa aos munícipes. Se não é para isso que cá estamos, estamos aqui a fazer o quê? Se é aproveitamento político denunciar o que está a acontecer com o sistema de transportes metropolitanos rodoviários, então não sei qual é o nosso papel, aqui, nesta Assembleia.-----

Nós vemos exatamente o oposto. Aproveitamento político é fazer circo político. Isto é uma questão muito séria, que os munícipes merecem que seja respeitada e tratada com profundidade.-----

Em relação à proposta do Chega, como disse a Susana, achamos um pouco equívoca a forma como está escrita. Se me permite, eu propunha que ela fosse revista na sua formulação. De facto, não percebo muito bem, fala, por exemplo, dos ataques do Hamas na Faixa de Gaza. Ora, o Hamas não atacou a Faixa de Gaza, atacou o Estado de Israel e dentro do território de Israel, e, portanto, penso que há aqui alguns equívocos e penso que era bom corrigir a proposta, para que ela possa ser aprovada pelo seu conteúdo e não com estes erros de forma, também.-----

De qualquer maneira, em relação a este assunto, obviamente que estamos solidários com esta condenação aos ataques terroristas perpetrados pelo Hamas contra a população civil de Israel e contra estrangeiros, de várias nacionalidades, que estavam no território.-----

Achamos que é um ataque, também, aos esforços de paz na região e à solução pacífica do conflito, e também defendemos que Israel tem todo o direito de defender a sua posição contra esta bárbara ofensiva. Mas, também, queremos aqui manifestar a nossa preocupação com a forma desproporcionada com que Israel tem reagido a estes ataques, que também não tem contribuído para a criação de um caminho de paz e para a criação dos dois estados, Israel e Palestina.-----

Sobre a proposta do CDS, estamos de acordo e queria sinalizar que, inclusive, na reunião que tivemos com o Sr. Vereador da Cultura, para falar do programa do 25 de Abril do próximo ano, dos 50 anos do 25 de



Ana Cunha

Abril, defendemos que também se celebrasse, nesse programa, o que não estava previsto, em 2025, os 50 anos do 25 de Novembro, porque achamos que só assim é que se complementou este ciclo da democracia em Portugal.” -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) para fazer uma clarificação, dizendo que o membro João Cunha deu a entender que ele tinha referido que o texto do voto de condenação mencionava aspetos xenófobos, entre outras coisas. -----

Explicou que, sendo um assunto tão sério e tão sensível, a omissão representa uma posição por si mesma. Realçou que, no texto da proposta apresentada pelo membro Miguel Branco, a omissão é particularmente grave, pelo que queria clarificar que a omissão é gravíssima na discussão desta situação. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** esclarecendo que o sistema de transportes, até 2015, era gerido por uma entidade central, que concessionava as linhas aos operadores privados, mediante uma autorização do Instituto dos Transportes. Disse que, em 2015, a Área Metropolitana do Porto foi constituída como uma autoridade metropolitana de transportes, passando a receber competências nessa área, e, em 2018, no âmbito do processo de descentralização de competências, também as câmaras municipais passaram a deter competências nesta matéria. Informou que, na Área Metropolitana do Porto, os Presidentes de Câmara entenderam, e, na sua opinião, bem, delegar as competências das câmaras na referida entidade, por ser necessária uma rede integrada de transportes bem como uma gestão integrada da mobilidade.-----

Deu nota que, por essa altura, foi decidido lançar um concurso público para a nova rede de transportes, em que os municípios assumem o pagamento aos operadores, ao quilómetro, acrescentando que, assim, o



me Cunha

município de Santa Maria da Feira vai ter uma despesa acrescida para ter uma rede de transportes a funcionar. Aludiu ao concurso público internacional, dividido em 5 lotes, em que Santa Maria da Feira integra o lote a que a Xerpa, empresa espanhola concorreu. Recordou que o processo andou no tribunal durante cerca 3 anos, porque os operadores que perderam recorreram judicialmente adiando o mais possível a entrada em funcionamento da nova rede de transportes e o próprio visto do Tribunal de Contas. -----

Frisou que a Área Metropolitana do Porto geriu este processo com muita incompetência, porque tudo deveria ter sido operacionalizado mais cedo, desde a compra dos autocarros, à contratação dos motoristas, mas que tal não aconteceu. -----

Fez notar que a Câmara recebeu os horários no dia 29 de novembro, à noite, e que a operação iniciou no dia 1 de dezembro, pelo que não é sério, nem é honesto acusar a Câmara de incompetência ou de irresponsabilidade, solicitando que tal acusação seja retirada, porque se considera insultado. -----

Reforçou que a Câmara está, desde o início da operação, em permanente ação no terreno e em articulação com a Área Metropolitana do Porto, reportando, todos os dias, as diferentes situações, dando nota que a Câmara dispõe de uma linha de atendimento e de informação ao utente permanente, onde estão 3 técnicos do atendimento municipal, 5 técnicos do gabinete de transportes, mobilidade e planeamento, 5 técnicos da unidade de administração de gestão escolar, para além de contarem com a colaboração de todas as juntas de freguesia no terreno. Acrescentou que foram disponibilizados circuitos especiais para suprir algumas situações críticas e que está a ser feita uma monitorização nas paragens, nas escolas e na interface de Lourosa/Fiães. Aludiu, ainda, ao registo de 900 chamadas telefónicas e 400 e-mails, atendidos e respondidos. -----

Fez sobressair que tudo isto demonstra que a Câmara Municipal de Santa



Carlos Cunha

Maria da Feira não está à espera de uma qualquer moção para interpelar a Área Metropolitana do Porto, no que a esta matéria diz respeito. -----

Disse ser verdade que há autocarros mal caracterizados e alguns a circular com informações em língua estrangeira, comentando que antevia algumas dificuldades no arranque da operação, dada a grande dimensão da mesma, mas que nunca pensou que a falta de preparação fosse tão grande, reforçando que a Câmara está, absolutamente, indignada com a incompetência que a Área Metropolitana do Porto mostrou neste processo. -

Deu ainda nota que alguns vereadores e vários técnicos municipais têm feito os circuitos, dentro dos autocarros, para perceberem o que se passa, pelo que não se acuse a Câmara de falta de empenho e de falta de dedicação, porque isso nunca aconteceu, nem o admitiria. -----

Disse que, embora o grupo municipal do PSD já tivesse indicado o seu voto favorável à moção apresentada pela Iniciativa Liberal, sublinha que a Câmara já está a fazer tudo o que está proposto na moção, de modo intenso e com um corpo dedicado de técnicos, com arquitetos e engenheiros, o que demonstra a importância dada à situação. -----

Prosseguindo, aludiu à questão colocada pelo membro Carlos Cunha sobre a remoção do amianto nas escolas, informando que nenhuma escola da responsabilidade do Município tem amianto. Deu nota que a última escola em que foi retirado o amianto foi no Jardim de Infância de Fornos, em Guisande, e que todas as escolas mencionadas pelo Carlos Cunha eram da responsabilidade do Estado Central, que são as EB 2,3, em que competia ao Estado fazer a remoção, mas não o fez. -----

Referiu que o Estado obrigou as câmaras a remover o amianto, mas foi tão incompetente que não o removeu das escolas EB 2,3 as quais teve ao seu encargo durante 5 ou 6 anos, aliás, com o apoio da CDU. Lamentou o facto de essas escolas, há uns meses, passarem para a responsabilidade do Município, e agora, a Câmara já seja considerada incompetente, quando o Estado, durante anos, nada fez. -----



me Cunha

Informou que a remoção do amianto irá ser feita nessas escolas, com financiamento do Estado Central, acrescentando que espera que o Estado cumpra a promessa que fez, de financiar a requalificação dessas escolas.---
Referiu que o Governo, que governa há 8 anos, a única coisa que fez, no território de Santa Maria da Feira, e com o apoio da CDU, foi fechar o Colégio de Lamas, comentando que foi um crime contra o concelho, porque coexistia uma perfeita mistura de classes sociais e o mérito estava intrínseco a cada um, comentando que agora só estudam no referido colégio classes sociais com mais possibilidades, porque os mais carenciados não têm essa possibilidade.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- Moção (IL): *Pela resolução da situação caótica no serviço de transportes públicos rodoviários da Área Metropolitana do Porto*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- Voto de Condenação (CH): *O Chega condena ataques do Hamas e apela à criação de corredores humanitários na Faixa de Gaza*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:31, CDS-PP, CH), 2 votos contra (BE, CDU) e 18 abstenções (PS:16, IL, IND), aprovar o voto de condenação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- Voto de Saudação (CDS-PP): *48.º Aniversário do 25 de Novembro de 1975*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:31, CDS-PP, IL, CH, IND) e 18 votos contra (PS:16, BE, CDU), aprovar



Susana Correia

o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Susana Correia.

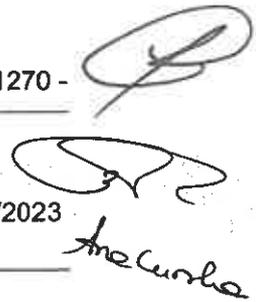
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que não tinha intenção de falar sobre as escolas, mas que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara lhe fez lembrar a saudosa Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira, que foi encerrada pelo Governo PSD/CDS.-----

Abordou a questão dos transportes públicos rodoviários, já tratada na moção da IL, dizendo fazê-lo não para falar da incompetência da Câmara, mas sim do caos que a situação está a provocar na vida das pessoas. Sobre o convite feito pelo membro Carlos Martins, para circular nos autocarros, salientou que as pessoas do PS, assim como os seus familiares, usam os transportes públicos e têm ficado nas paragens de autocarro, por falta de transportes públicos. -----

Disse saber que, em grande parte das freguesias, os transportes escolares não estão a acontecer, questionando como é que está essa situação, que está a deixar as famílias embaraçadas devido há falta de alternativas.-----

Após questionar quanto tempo é que se vai ter de esperar até o assunto estar resolvido, pediu o empenho do Município neste trabalho, frisando que a importância de se usarem os transportes públicos, mas que, neste momento, não existe a devida resposta. -----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara colocou a incompetência na Área Metropolitana do Porto (AMP), mas que a AMP tem uma comissão executiva e um conselho metropolitano, e que os municípios integram este conselho metropolitano, o qual tem como competências, entre outras, acompanhar e



Ana Cunha

fiscalizar a atividade da comissão executiva metropolitana, e até pode deliberar sobre a demissão da comissão executiva. Realçou que, assim, há uma importância dos municípios no conselho metropolitano, apelando ao empenho do Município, porque entende que este está a fazer muito pouco. - Neste âmbito, aludiu ao exemplo de um e-mail enviado ao Município por um utente, que pediu, desesperadamente, que resolvesse o seu problema, porque usa o transporte público para se deslocar, todos os dias, para o Porto, e que está na paragem às 7h15 mas só está a chegar ao Porto às 9h30, e que a resposta do Município foi a que passou a citar: "No seguimento de um e-mail enviado no passado dia 7 de dezembro, vimos mais uma vez informar V. Exa. que a Área Metropolitana do Porto, enquanto autoridade de transporte, e através da Unir, é a entidade responsável pela gestão da rede metropolitana de transportes, pelo que, caso pretenda, pode entrar em contacto com esta entidade, através do e-mail reclamacoes@unir.mobilidade.pt." -----

Concluindo, questionou se são precisos tantos técnicos da autarquia para dar este tipo de resposta, acrescentando que o grupo municipal do PS quer mais da Câmara Municipal no acompanhamento do caos que as pessoas estão a sentir no seu dia a dia, por usarem, os transportes públicos. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) dizendo que gostava de saber quando é que a questão do leite escolar, que já foi falada na última sessão deste órgão, vai ser reposta em todas as escolas do Concelho. -----

Disse que outra situação que quer abordar se prende com as crianças que bebem leite sem lactose, dizendo ter conhecimento que o leite branco está a ser cedido, mas que o leite achocolatado sem lactose, não. Referiu que os pais sentiram uma ligeira discriminação nesta situação, questionando para quando a devida resposta. -----

Disse ter conhecimento que a componente de apoio à família está a ser



Inês Cuiabá



distribuída, por uma empresa, e que gostava de saber como é que é feita a gestão. Fez notar que, no passado mês de outubro, alguns pais ficaram sem esta componente, de um dia para o outro, e que, quer o agrupamento quer a associação de pais, descartaram a responsabilidade. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por questionar de quem foi a responsabilidade da derrocada de parte da muralha do Castelo, nomeadamente, se foi uma questão estrutural, se foi um erro das obras de reconstrução, se foi negligência ou outro fator, bem como se as medidas recomendadas foram adotadas. -----

Questionou, ainda, qual o prazo estimado para a nova empreitada e quem será o responsável pela fiscalização, bem como qual o autor do parecer técnico, se se fez uma análise profunda dos riscos e das condições estruturais, comentando ainda, que também é preciso esclarecer quem suportará as despesas que advêm da derrocada. -----

Disse que a outra questão tem a ver com a requalificação da zona envolvente à Capela de Campos, comentando que, na última sessão desta Assembleia Municipal, foi dito que o início das obras estaria para breve, mas que, até ao momento, tal não aconteceu, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que as obras já arrancaram há uma semana. -----

Posto isto, o membro **Miguel Branco**, questionou se, no parque infantil de Santa Maria da Feira, já foi colocado equipamento para crianças com mobilidade reduzida, conforme foi afirmado. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que questionou se a requalificação das paragens dos autocarros, e a respetiva sinalização, vai ser da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto ou se o Município a pode assumir, comentando que, a continuar assim, se avizinham grandes problemas. -----



ma Cunha

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados, e começou pelo tema da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira, colocado pela deputada municipal Susana Correia, objetando que o governo quis fechar a escola para levar os alunos para a Escola de Hotelaria do Porto, porque tinha feito uma escola nova sobredimensionada e pensou que, fechando a nossa escola, os alunos iam para o Porto, o que não sucedeu, porque em articulação com os formadores da escola de hotelaria, os cursos foram lançados na Escola Secundária, onde funcionaram durante muitos anos, apesar da atual crise de alunos. -- A deputada municipal **Susana Correia** fez um aparte dizendo que muitos alunos foram para o Porto, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que isso tem a ver com a liberdade de escolha, comentando que os alunos que quiseram ir para o Porto, foram, e os que quiseram ficaram em Santa Maria da Feira, comentando que os comunistas é que mandam as pessoas para o sítio que querem. -----

O membro **Carlos Cunha**, da CDU, fez um aparte dizendo que agradecia que o Sr. Presidente da Câmara se privasse desse tipo de comentários, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** retorquiu dizendo que nem o membro Carlos Cunha, nem ninguém, condiciona as suas palavras, frisando que lutou no 25 de Abril e no 25 de Novembro para dizer o que quer e onde quer, e que luta todos os dias pela liberdade. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apelou para que não haja troca deste tipo de comentários, apelando ao cumprimento das regras e ao respeito no uso da palavra. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que foi respeitador, mas que o totalitarismo tem nomes, e, quando se fala de totalitarismo, é preciso por os nomes aos bois, e que fez. -----

Prosseguindo a sua intervenção, aludiu à questão dos transportes e da AMP, dizendo que achou curiosa a intervenção da deputada municipal Susana Correia ao acusar esta Câmara. Referiu que o conselho



Ino Correia

metropolitano da AMP é um órgão deliberativo, do qual fazem parte 17 municípios, quase todos do PS, sendo o presidente do PS, assim como a maioria da comissão executiva. Quando foi escolhida a comissão executiva, pediu que fossem escolhidas pessoas competentes, pois não se importa de votar a favor de um socialista, desde que ele seja competente. Realçou que não tem nada contra a filiação partidária das pessoas, pois o que quer é que sejam competentes naquilo que fazem, sejam do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista ou do Partido Socialista, mas tal não aconteceu no caso concreto. -----

No que concerne à resposta que foi dada a um e-mail, disse que quem o fez não podia ter dado outra resposta, reafirmando que a Câmara respondeu a 400 e-mails, reencaminhando o assunto para a AMP, porque o Município não pode tomar decisões pela AMP. Salientou que tem de haver uma autoridade central, que é a autoridade metropolitana, a quem cabe compatibilizar e coordenar todas estas situações até porque o transporte escolar e as carreiras são articuladas, lamentando que se tenha esbarrado no muro da incompetência e que a Câmara esteja a ajudar a ultrapassar essa incompetência. Conclui o tema dizendo que gostava muito de ver a Susana Correia a ter a coragem, de fazer a intervenção que fez, no município de Vila Nova de Gaia. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Miguel Branco, a respeito da derrocada da muralha do Castelo, informou que a Câmara, em total articulação com a Comissão de Vigilância do Castelo, pediu, na altura, um relatório ao Professor Aníbal Costa, da Faculdade de Engenharia, que é o projetista da obra, o qual segundo informação obtida, é o melhor no país, neste tipo de intervenções. -----

Deu nota que o problema da muralha foi causado por infiltração de águas, problema que também existe na torre de menagem, reforçando que o Professor Aníbal elaborou um relatório, que foi tornado público na reunião de Câmara, e que as chuvas torrenciais terão sido a origem do problema,



provocando uma acumulação de água a qual pressionou as paredes, causando a queda da parede exterior que estava a ser intervencionada. -----
Informou que o empreiteiro da obra assumiu a responsabilidade, que não existe nenhuma indicação em contrário, e terá de ser ele a refazer a obra a expensas suas. Comunicou que a obra reiniciou na semana passada, mas que ainda não existe um prazo para a sua conclusão, pois é preciso remover pedra a pedra, limpar a lama, descobrir a numeração das pedras e remontá-las, dando nota que a empreitada anterior teria a duração de cerca de um ano. -----

Em relação à questão das paragens dos autocarros, colocada pelo membro Ângelo Santos, disse tratar-se de um investimento que a Câmara vai fazer, já estando a tratar do concurso público, porque algumas paragens vão ser concessionadas a privados em troca de publicidade, enquanto noutras haverá só um poste a indicar o local da paragem. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara pediu ao Vereador Gil Ferreira para responder às questões colocadas pela deputada municipal Alexandra Sousa, e depois, ao Vereador Mário Jorge Reis para esclarecer o membro Miguel Branco sobre o equipamento do parque infantil. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que informou, no que concerne à componente de apoio à família, que o procedimento em vigor, à data, por contrato celebrado com entidade especializada para a prestação deste tipo de serviços, prevê que o número de alunos mínimo para a abertura do serviço e funcionamento, seja de 15 alunos, até ao máximo de 25 alunos. Explicou que, em muitas circunstâncias, este número está muito aquém daquilo que são as condições para que o serviço, particularmente de acolhimento ou de prolongamento, possa funcionar. -----

Referiu que a Câmara tem feito todos os esforços para abrir este serviço, incluindo em circunstâncias de números inferiores ao definido, por acordo



Ana Cunha

com as partes interessadas, a saber, a empresa, o agrupamento e as associações de pais, mas que nem sempre é possível fazê-lo dado haver um número muito inferior de alunos inscritos, seja no período do acolhimento seja no do prolongamento. Reforçou que a Câmara tem procurado ajustar e garantir as respostas, inclusive, envolvendo as juntas de freguesia, mas nem sempre as circunstâncias o permitem, todavia, a Câmara está a procurar alternativas e soluções para os casos pontuais. -----

Sobre a questão do leite escolar disse que, não obstante o procedimento ter iniciado a 30 de maio de 2023, problemas de contratação pública impediram que os recursos estivessem disponíveis no início do ano letivo. Mencionou que a Câmara lamenta e assume esta falha, mas informa que, entre os dias 5 e 12 do corrente mês, estará concluída a distribuição de todos os lotes necessários para o fornecimento do leite escolar em todas as escolas, de todos os agrupamentos, incluindo nas mais diversas tipologias, nomeadamente, a bebida vegetal. -----

Concluindo, informou que o Estado Português financia a distribuição de leite escolar às crianças durante 30 das 42 semanas do ano letivo, uma vez por dia, suportando o município o resto. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Jardins, Espaços Verdes, Paisagem Urbana e Desporto, **Mário Jorge Reis**, dizendo que a ideia do Miguel Branco de colocar equipamento inclusivo no parque infantil do Castelo, foi analisada, mas que não faz muito sentido retirar dali o equipamento existente para colocar equipamento inclusivo, tendo em conta que as acessibilidades para o mesmo não são as melhores. Referiu que, hoje, curiosamente, recebeu uma proposta com vista à construção de um parque inclusivo no complexo do Europarque, sobre o qual já tinha falado com o Sr. Presidente da Câmara, a qual, sendo validada pelo Executivo Permanente, prosseguirá. -----



João Cunha

De seguida, o membro **Tiago Paiva** (BE) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, dizendo que tem a ver com a proposta que o BE fez para que a Mesa considere convocar o secretariado do executivo metropolitano para prestar esclarecimentos a esta Assembleia Municipal, evitando-se veículos de informação, sobre a alteração em curso no âmbito dos transportes. Disse ser algo que decorre da Lei, que a Assembleia Municipal pode fazê-lo, até um máximo de duas vezes por ano, pelo que gostava de saber qual a posição da Mesa relativamente a esta matéria, ao que a **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que, sendo da competência da Assembleia, haverá todo o gosto em convocar o executivo metropolitano, mas que gostaria de, previamente, articular esta questão com o Sr. Presidente da Câmara. Salientou que, como já referido, os cidadãos de Santa Maria da Feira estão a ser afetados por este serviço, pelo que a Mesa, dada a importância e pertinência do proposto, vai dar o devido seguimento ao assunto. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - Ata N.º 14 - Sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Job Silva, Carlos Cunha, Regina Silva, Manuel Pereira Santos, Manuel Melo, Maria José Coimbra, Renato Faria e Fernando Adriano Pinho. -----



Ana Cunha

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 19.260, em 30/11/2023, subscrito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, referente ao V Relatório de 2023, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados que consta do citado documento, disse nela existir uma rúbrica sobre o serviço de assessoria especializada para análise da concessão de gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento, no valor de 15 mil euros, perguntando a que se refere este serviço, acrescentando que, se calhar, o mesmo até pode ser usado para responder ao requerimento que o grupo municipal do PS endereçou, há meses, colocando questões sobre a Indaqua, e que ainda não foi respondido. -----
Referiu que a segunda questão tem a ver com a aquisição de serviços para manutenção de espaços verdes do complexo Europarque e acessibilidades envolventes, no valor de 229.860 euros, questionando como é que é feita a prestação deste serviço, e com que periodicidade. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) dizendo que, na informação financeira, é mencionada a elaboração de um estudo referente aos 10 anos de desenvolvimento económico no concelho de Santa Maria da Feira, no valor de 18.800 euros. Referiu que, na mensagem que consta do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2024, o Sr. Presidente da Câmara fala do seu grande empenho nos últimos 10 anos, pelo que gostava de perceber se este estudo é sobre a situação económica do Concelho ou se é uma validação política daquilo que fez nesses 10 anos e do impacto que teve no



João Correia

Concelho, questionando quais são os termos de referência deste estudo.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que informou, sobre o serviço de assessoria especializada para análise da concessão de gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento, que é uma contratação com a PriceWaterhouseCoopers, entidade parceira que tem assessorado a Câmara nas questões económico-financeiras da concessão, visando a análise de alguns aspetos do contrato.-----

Sobre a periodicidade da limpeza dos espaços verdes do Europarque, informou que há uma permanência diária para fazer o serviço, pois o espaço é grande, acrescentando que a contratação é feita por 36 meses. -----

Em relação ao estudo referente aos 10 anos de desenvolvimento económico no Concelho, disse não perceber o que o membro Carlos Martins quis dizer ao questionar se é um estudo ou uma validação política. Disse orgulhar-se dos seus 10 anos de governação e de presidência da Câmara, com resultados claros à vista, até empíricos, comentando que até tem sido o membro Carlos Martins que, insistentemente, tem pedido a validação destes resultados, e o Executivo entendeu contratar um estudo independente para os apresentar, o que custa dinheiro. Concluindo, deu nota que o Executivo já tem alguns dados, mas que o estudo será apresentado logo que concluído.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

3 - Informação do Auditor Externo - 1.º semestre de 2023 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido pela Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., registado sob o n.º


Ana Cunha



18.986, em 23/11/2023, – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

4 – Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“É difícil deixar de assinalar que as promessas se mantêm orçamento atrás de orçamento. Os grandes bastiões são repetidos consecutivamente, talvez na esperança de se tornarem verdade. Passemos a ver alguns exemplos:----

-- Criação de emprego pleno e qualificado: tem falhado redondamente, uma vez que a Feira se mantém e cresce como um dormitório da Área Metropolitana, onde o emprego criado é maioritariamente precário. Devido essencialmente à localização do nosso território e ao valor do metro quadrado do terreno ser mais baixo do que nos concelhos limítrofes do Porto, como Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Espinho. Em suma, cada vez mais gente mora cá, mas não trabalha cá.-----

- Desde 2016 que se anuncia, pela voz do senhor Presidente da CMF a criação do “Cluster da Saúde” a localizar na região do Europarque, mantendo-se o mesmo, de forma prática e real, no papel. -----



João Curto

- O crescimento dos passadiços faz-se a passo de caracol, estando já a promessa de alargamento até Milheirós de Poiares muito atrasada. -----
- Quanto à reabilitação da Habitação Social, ficaram a meio as obras de reabilitação do bairro do Souto em Fiães. -----
- Naquele que se apresenta “como o maior orçamento de sempre”, mantém-se a reabilitação ou criação do centro informativo do Castro de Romariz, promessa que já vem pelo menos desde 2017, onde Gil Ferreira, à data vereador da Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus já referia: “Está previsto no orçamento de 2017 desta autarquia e certamente irá manter-se para 2018”, pois parece que se mantém para 2024. -----
- Centro escolar: desde a desativação da antiga Escola Fernando Pessoa no Centro de Santa Maria da Feira em setembro de 2014, mantém-se o impasse da reabilitação daquele espaço, com os argumentos de sempre: “em Lisboa é sempre complicado resolverem as coisas”, quando a transferência de competências quanto aos equipamentos escolares dos agrupamentos de escolas foi feita em 2018, através da Lei 50/2018 de 16 de agosto. Não se percebe, pois, qual é o impasse. O edifício da antiga Escola Básica Fernando Pessoa foi, ou não transferido para a Câmara Municipal? Se não foi, de quem é a culpa? A verdade é que aquele edifício abandonado há quase 10 anos constitui já um problema de saúde pública, por estar junto a outra escola e no meio de uma zona habitacional e invadido por ratazanas e lixos de toda a espécie. Entretanto, continuam a faltar condições adequadas às crianças nas escolas do pré-escolar e 1.º ciclo, que bem podiam estar já naquele espaço reabilitado. Esta questão tem de ser esclarecida uma vez por todas.” -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Hoje, estamos aqui para analisar e criticar positivamente ou não o

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Orçamento Municipal proposto para o ano de 2024. Um orçamento que, à primeira vista, promete avanços significativos, mas que, ao aprofundarmos nos detalhes, revela falhas e questões profundas que não podem ser ignoradas sendo, portanto, uma oportunidade para explorar de forma mais aprofundada as questões levantadas e reflexivas sobre o estado atual das políticas municipais em Santa Maria da Feira.-----

Em primeiro lugar, a notícia de que o orçamento para 2024 é de aproximadamente 122 milhões de euros, é uma cifra notável, e pode parecer impressionante à primeira vista, representando um aumento de 26% em relação ao ano anterior. No entanto, ao olharmos mais de perto, surge a preocupação de que esse aumento substancial não está sendo refletido de maneira eficaz na implementação de projetos e no atendimento às necessidades reais da comunidade. -----

A adição do saldo a transitar das contas de 2023, estimada em cerca de 65 milhões de euros, representa um aumento adicional de 23%. Entretanto, é necessário questionar se esses recursos adicionais estão sendo alocados de maneira eficiente e transparente, garantindo que beneficiem verdadeiramente a comunidade feirense.-----

No setor da Educação, está incluído o lançamento de um concurso público para a construção do novo centro escolar na antiga Escola Fernando Pessoa. Salientamos apreensão com o andamento efetivo das empreitadas. A comparação com a empreitada de requalificação da zona envolvente da capela de Campos, onde nenhum empresário demonstrou interesse, destaca a necessidade de um planeamento mais realista e uma abordagem mais eficiente na condução destes projetos, onde a ausência de empresários específicos suscita dúvidas sobre as possibilidades e transparência dos processos de contratação.-----

Continuando com este tema tão pertinente questionamo-nos sobre a demora de abertura de concursos para a construção de pelo menos mais um novo centro escolar, mais uma nova escola secundária. É de



João Correia

conhecimento geral que os nossos jovens, mais ou menos 120 jovens/ano, deslocam-se diariamente para estudar nos concelhos limítrofes, como por exemplo Espinho e outras cidades; o que obriga os encarregados de educação a ter uma despesa extra e mais elevada ao final de cada mês. -----

As promessas do ano anterior, proclamadas como um orçamento de continuidade parecem ter caído no vazio. A maioria das obras ainda não saiu do papel, o que levanta sérias questões sobre a eficácia da gestão financeira e a capacidade de implementação das iniciativas propostas. -----

Na área da habitação, o orgulho de ser líder nos trabalhos do plano de habitação municipal ao sul da área metropolitana do Porto é expresso. Contudo, a cautela é necessária, uma vez que os 8,2 milhões de euros alocados deverão ser geridos com responsabilidade criteriosa para evitar futuros problemas de falta de habitação a custos controlados. -----

Sr. Presidente, Dr. Emídio Sousa, já que se reabilitaram empreendimentos de algumas freguesias do concelho e, estando previstas a reabilitação de mais 14 empreendimentos, seria de bom-tom a autarquia convidar as forças políticas para perceberem onde e como estão a ser investidos os dinheiros públicos que pertencem a todos os feirenses do concelho de Santa Maria da Feira. Não devemos esquecer o tema da reabilitação, pois como podemos constatar, neste momento, o centro de Santa Maria da Feira mais, nomeadamente, a zona histórica, está cheia de edifícios devolutos, à venda a preços, diria mesmo, "pornográficos". -----

No setor da saúde, as críticas são contundentes. A ausência de uma única unidade de saúde privada aberta 24 horas apontamos como uma lacuna significativa. O estado precário do hospital, exemplificado pelo caso recente de uma criança atendida pelo INEM no exterior do mesmo devido à falta de médicos pediatras, é descrito como uma "vergonha". Exigimos uma revisão urgente nesta infraestrutura de saúde para garantir atendimento adequado e seguro à população feirense, e melhorias no sistema de saúde local. Destacamos a necessidade de ações concretas para solucionar estes


Ana Cunha

problemas. -----
Esperemos também que a requalificação e adaptação da nova unidade de saúde mental não tenha valores absurdos na empreitada, pois o edifício para a mesma já foi comprado, por valores os quais sabemos, como tal ficamos à espera que nos informem acerca dos valores para execução desta nova empreitada. -----

A mobilidade urbana sustentável, representada por trotinetes, bicicletas elétricas e ciclovias, é outro ponto crítico. Trotinetes veem-se algumas distribuídas pela zona industrial de espargo, junto à paragem de autocarros do hospital e pingo doce e, depois, uma aqui e outra ali. Os grandes e maioritariamente utilizadores são jovens que fazem corridas nas ruas da cidade. Bicicletas elétricas desapareceram. -----

A falta de coordenação e planeamento na implementação dessas iniciativas é evidente. Ciclovias, mais uma vez alertamos que estamos a investir dinheiros públicos em ciclovias fantasmas e as ciclovias de Lourosa, Santa Maria de Lamas e Espargo são o exemplo disso mesmo, por isso fica a nossa questão: porquê investir mais uns milhares de euros em mais ciclovias sem antes fazerem o trabalho de casa? Propomos ao Sr. Presidente, Dr. Emídio Sousa, o diálogo diretamente com cicloturistas e clubes, entendendo suas necessidades antes de investir recursos públicos. O sistema público de transporte “UNIR” é caracterizado como uma vergonha e um caos. Atrasos significativos, escassez de autocarros destinados ao transporte escolar, enfim, um sem número de falhas para quem diariamente utiliza este tipo de meio de transporte. Para não falar que os que passam têm o nome dos trajetos em sueco “ikke i traffik”. A falta de atenção às necessidades dos feirenses são apontados como falhas graves. A importação de autocarros do exterior contrasta com a negligência na requalificação das paragens, que continuam envelhecidas e em risco de queda, representando uma priorização equivocada do lucro sobre o conforto e segurança dos feirenses. -----



ma Cunha

Não há capacidade de antecipar a necessidade de construir as infraestruturas necessárias. Para além disto, espelhar a falta de visão para o futuro. Os autocarros da Feirense estão a apodrecer na via pública, para além das constantes informações para a autarquia e para as autoridades, os mesmos teimam em não sair do lugar, levando-nos a questionar: existem empresas intocáveis? -----

No entanto somos informados de que o novo centro coordenador de transportes Fiães/Lourosa vai abrir, ser gerido inicialmente pela autarquia e só depois, após concurso, passará a ser gerido por um particular. -----

A situação crítica da ETAR da Remolha, descrita como um "poço de bombagem" que nunca foi uma verdadeira estação de tratamento, é alarmante. A necessidade urgente de resolver problemas ambientais e de saúde pública é evidente e para isso basta observar o efluente que é descarregado para o riacho a jusante da mesma. Os habitantes da freguesia de Espargo esperam ações concretas para corrigir essa situação. -

A reabilitação do antigo tribunal de Santa Maria da Feira, embora seja visto como um avanço positivo, suscita preocupações sobre a execução efetiva do projeto, a reabilitação do antigo tribunal e as preocupações com a sua construção sobre terreno arenoso, são mencionadas como um alerta para possíveis consequências a longo prazo. Também o histórico de edifícios públicos abandonados e vandalizados, sendo o deleite de ladrões, grafiteiros e vândalos levanta a necessidade de uma gestão mais eficaz ao património local. -----

Em relação à zona da Cruz, o túnel interditado ao trânsito e a futura rotunda de Picalhos, a crítica é veemente. A situação de perigo no túnel de Picalhos, a cobertura dos carros pela água durante as chuvas e o levantamento de tampas de saneamento devido às ligações clandestinas são retratados como problemas que são desativados se intervenção imediata da autarquia houvesse, garantindo assim a segurança dos feirenses. -----



Por fim, as carências reconhecidas nas zonas industriais municipais necessitam de uma requalificação séria e urgente. A necessidade de criar condições adequadas, requalificar as já existentes para atrair novos investidores e promover o emprego qualificado é essencial para o desenvolvimento industrial sustentável. Exemplo disso é a zona industrial de Espargo que tem as suas estradas cheias de buracos, em mau estado, os passeios danificados e por limpar. Não basta estarmos nas proximidades dos nós da A29 e da A1, devido ao facto de estarmos mais a sul da AMP isso garante-nos uma vantagem sobre o preço m2 que é praticado, sendo o mesmo substancialmente mais barato que no Porto ou Vila Nova de Gaia, mas, temos que criar condições para fazer acontecer, para, aí sim, sermos um concelho que terá um tecido industrial interessante e diferenciado que potencia mais ofertas de emprego qualificado, e que constitui motivo de atração de empresários dos concelhos limítrofes. O sucesso de um município não depende apenas dos valores orçamentários declarados, mas também da implementação eficaz de projetos e políticas com que beneficiem diretamente sendo na esperança que reside a possibilidade de corrigir lacunas e construir um futuro mais promissor para todos os cidadãos. -----

Para concluir, destacamos a importância de uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos municipais. O desafio será transformar promessas em ações concretas, priorizando as necessidades reais dos feirenses e garantindo que cada euro investido traga benefícios tangíveis. Santa Maria da Feira merece uma administração que esteja à altura das expectativas e que trabalhe incansavelmente para o bem-estar de todos.”---

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Estamos num momento charneira na vida pública do concelho, conjugando-se, hoje, vários fatores. Estamos a meio do mandato



Amo Cunha

autárquico; é enorme o investimento em fundos comunitários, congregando PRR e Portugal 2030; a descentralização de competências nos municípios nas áreas da cultura, educação, saúde, ação social, entre outras; a integração de serviços municipais na Área Metropolitana do Porto, tal como os transportes públicos metropolitanos; a capacidade de investimento e de endividamento do município, graças a estes recursos, mas também a um louvável equilíbrio das contas da Câmara Municipal; e um orçamento municipal recorde, em Santa Maria da Feira, que atinge 187 milhões de euros, resultado dos fatores acima descritos, mas também do aumento das receitas fiscais.-----

É este o momento em que nos debruçamos sobre o plano de atividades e orçamento, com este contexto.-----

E, na introdução às Opções do Plano, o Sr. Presidente decide reforçar a importância destes documentos, sinalizando ainda uma década de presidência, e os grandes feitos por si conquistados.-----

Diz o povo que presunção e água benta, cada um toma a que quer, mas não deixa de ser curioso ler um longo desfile de conquistas e sucessos, sejam resultantes da atividade do município, seja de investimentos do Estado central, seja, para nossa surpresa, das empresas privadas. Tudo o que de mau acontece no concelho é culpa de alguém, tudo o que de bom acontece no concelho é mérito do Sr. Presidente da Câmara.-----

Quem ler aquela introdução fica com a ideia de que Santa Maria da Feira é um paraíso, e tudo está maravilhoso. Sabemos que nem tudo está bem e, por isso, estamos aqui com independência e espírito crítico, que os eleitores também exigem dos seus eleitos. Há muitas coisas com que estamos de acordo na gestão da Câmara Municipal, muitas outras em que tínhamos opções divergentes, e outras ainda em que estamos em profundo desacordo.-----

É esta a riqueza da democracia, mas este é também o papel da Oposição, uma Oposição pela positiva, mas consciente e crítica, e é sobre isso



Acumula



também que quero deixar aqui algumas notas relativamente às Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2024. -----

Uma primeira nota, que tenho referido nos últimos anos, tem a ver com a forma como é apresentado o documento, não queria ser repetitivo, mas não posso deixar de salientar estes assuntos. Continuamos a achar que não há grande preocupação em simplificar a informação, em sistematizar dados, em fazer-se comparações plurianuais, em mostrar a evolução dos diferentes projetos e programas ao longo dos anos. Não se liga aquilo que foram as promessas políticas e o programa apresentado aos leitores, com aquilo que é a atividade do município, tentando mostrar o que é que foi feito e o que não foi feito daquilo que foi prometido, e descrevem-se centenas de projetos, mas não se sinaliza, exceto com raras exceções, aqui destacar o Pelouro da Cultura, mesmo assim, de forma incompleta, porque é que se fazem os projetos que se fazem, a quem se dirigem, quanto custam, como se financiam, qual é o calendário da sua execução, que resultados visam atingir, como se medem esses resultados.-----

Ou seja, muitas vezes, são meras manifestações de vontade, que se fazem porque sim, mas, aparentemente decididas com pouco critério ou com critérios que, pelo menos, não são partilhados por quem está nesta assembleia. Muitas iniciativas parecem-nos, inclusivamente, mais eleitoralistas do que preocupadas em resolver os principais problemas do concelho.-----

E, como dissemos no ano passado, com um Gabinete de Comunicação tão afoito em promover o Sr. Presidente da Câmara e, agora, também o Sr. Vice-Presidente, não custava muito fazer algum investimento de tempo e preparar melhor estes documentos, em ilustrá-los com dados, também representá-los visualmente, sistematizar a informação financeira, etc. Mas, até aqui, nada de novo.-----

Então, na nossa opinião, quais deviam ser as prioridades do município e os problemas que devem ser priorizados e atacados? O que é que nos



ma curbe

preocupa na vida pública neste concelho? O baixo nível de vida de grande parte da população; o envelhecimento e a perda demográfica do concelho; os graves problemas de mobilidade e de acesso a transportes públicos, rodoviários e ferroviários, associados à intensificação dos constrangimentos à circulação nos principais eixos rodoviários; os baixos níveis que ainda temos de habilitações literárias e profissionais da maioria dos cidadãos; a limitação da oferta de habitação e conseqüente aumento de custos de aquisição ou arrendamento de casas; a transição energética e a necessidade de incentivar a redução das emissões de CO₂; a gestão e o conforto urbano, a recolha de resíduos sólidos, a melhoria dos espaços verdes; a participação cívica e cultural universal dos cidadãos; o combate à exclusão social e o acesso a serviços de saúde; a saudável integração dos emigrantes que procuram o nosso país e o nosso concelho; o excessivo centralismo do Estado, mas também do município, e a necessidade de descentralização dos serviços nas freguesias; a transparência, proximidade e eficiência dos serviços; e a redução de taxas e impostos no rendimento das famílias e das empresas. -----

Muitos destes assuntos são partilhados por aquilo que é a visão da Câmara Municipal, outros nem tanto, como se vê nos documentos. -----

Lendo a mensagem do Sr. Presidente, ele destaca, como grande fator de sucesso nos últimos 10 anos, o pleno emprego e a atração de investimento. Estamos, obviamente, de acordo com a importância destes temas, mas parece-nos uma visão, apesar de tudo, redutora. E mesmo nestes temas, os números não confirmam sempre aquilo que é dito pelo Sr. Presidente. --- Senão vejamos. Infelizmente, Santa Maria da Feira tem ainda 4 mil pessoas inscritas no Centro de Emprego, ou seja, 4,4% da população ativa, ou seja, um valor superior a concelhos vizinhos. Estarreja tem 4%, Ovar 3,9%, Oliveira de Azeméis 3,4%, Arouca 3,3%, Vale de Cambra 3,1%. Portanto, não somos um oásis do pleno emprego, vivemos num contexto de empregabilidade elevada, e até, em alguns casos, como se vê nos



Ana Carolina



Santa Maria da Feira
assembleia municipal

pág. - 1289 -

SESSÃO: ORDINÁRIA

DATA: 11 E 18/12/2023

municípios vizinhos, acima daquilo que se passa no nosso concelho. -----
Outra bandeira é o grande sucesso na atração de investimento, e trazer para o concelho grandes empresas, que criam emprego e riqueza. Mas, também aqui, os números nem sempre confirmam esta afirmação. Há 20 anos, tínhamos maiores empresas no concelho do que temos hoje, ou seja, empresas que tem mais de 250 trabalhadores, que se classificam como grandes empresas. Tínhamos 11 empresas em 2009, hoje só temos 9 empresas com mais de 250 trabalhadores registadas no concelho. Censos empresariais. -----

Uma nota sobre as receitas municipais. Este orçamento recorde da Câmara Municipal, a sua aparente riqueza orçamental, como temos dito também aqui, é muito feita à custa dos bolsos dos contribuintes, empresas e famílias, através de impostos elevados. Este ano, entre impostos e taxas, a Câmara Municipal tem uma receita de quase 40 milhões de euros, recorde absoluto no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Dizemo-nos muito amigo das empresas, mas a derrama passa de 3,2 milhões para 6,3, um crescimento de 93%. Nos 10 anos de mandato a coleta de impostos cresceu substancialmente, por exemplo, o IMI passou de 106 euros por pessoa, em média, para 127 euros por pessoa, em média. Entre 2023 e 2024 a receita de impostos cresce 13%, muito acima da inflação estimada. -----

Ainda bem que o município vai promover aulas de literacia financeira no secundário, espero que as novas gerações sejam menos tolerantes a esta excessiva carga fiscal. -----

No entanto, com este aumento de receitas, esperávamos que também houvesse um aumento de transferências para as juntas de freguesia, promovendo a descentralização da gestão municipal. Não é o caso. Vemos ainda, e como sempre, as juntas de freguesia como parentes pobres da vida autárquica. -----

Mas, então, como é que se propõe a Câmara Municipal gastar estes tais



Aracunda

187 milhões de euros, recorde histórico, como disse, nas suas diferentes áreas de governação? Em que é que estamos de acordo ou em que é que estamos menos de acordo? -----

No que respeita a infraestruturas e transportes, como já aqui foi dito, mantêm-se sinalizados investimentos desde o início de mandato e desde mandatos anteriores que ainda não foram cumpridos: o nó da Cruz e o túnel dos Passionistas, o interface de transportes da Feira, que se bem consegui ler os documentos, tem previsto 100 euros, ou seja, apenas uma abertura de inscrição orçamental desta rubrica e, portanto, não é com este valor que se fazer obra, com certeza. O Eixo das Cortiças, que desapareceu, de forma mágica, dos documentos da Câmara e das Opções do Plano. Nada sobre ferrovia, nenhuma linha sobre ferrovia, nada sobre alta velocidade e a sua integração, que já aqui falamos, nada sobre a linha do Vouga, muito pouco sobre as zonas industriais, muitas delas tem previsto em orçamento apenas 100 euros de investimento, ou seja, mais uma vez só a abertura da rubrica orçamental, e, portanto, sem início efetivo de investimento neste ano de 2024. -----

E a grande aposta, como foi dito pelo Sr. Presidente, é o novo edifício dos Paços do Concelho, e nós, como já dissemos aqui, não estamos de acordo que seja esta a grande prioridade em termos de infraestruturas no concelho. Não estamos de acordo que se gastem 20 milhões de euros numa obra para serviços apenas da Câmara Municipal, quando temos muitas necessidades infraestruturais no concelho, maiores do que esta. Não porque estamos em desacordo, obviamente, com a melhoria do conforto e da eficiência dos serviços públicos, valor pelo qual nos debatemos, mas porque temos outras prioridades que se vê que não foram aqui devidamente previstas, ou prudentemente preparadas para 2004. -----

Em relação ao ambiente, assunto de extrema importância, estamos todos de acordo com a importância da redução das emissões de CO2. Como é que se produz emissões de CO2? Basicamente, hoje, através dos consumos



Ana Cunha

de energia e através dos sistemas de transportes. E, portanto, é urgente, é necessário, e a Câmara Municipal sinaliza isso nos seus documentos, substituir combustíveis fósseis por transportes públicos e energias limpas. Será que é isto está a acontecer? Fomos ler o diagnóstico do plano de mobilidade do concelho de Santa Maria da Feira, e o que está a acontecer é que, nos últimos anos, esta transformação não está a acontecer, pelo contrário. Há 92 mil movimentos diários no concelho de Santa Maria da Feira, pessoas que se deslocam para o trabalho ou para estudar, 50% destes movimentos são de dentro Santa Maria da Feira para fora do concelho, ou de fora do concelho para dentro de Santa Maria da Feira. Metade são dentro do concelho.-----

E vamos ver qual é, destes 92 mil movimentos pendulares diários, quantos é que se fazem em viatura própria e quantos é que se faziam no passado. Infelizmente, o que está a acontecer, Sr. Presidente, é que, em 2011, havia 72% destes movimentos que eram feitos em carro próprio, em 2021, neste ciclo de sucesso, há 80%. Ou seja, está a aumentar o uso de carro próprio, por parte das pessoas do concelho, porque não têm alternativas, nem de ferrovia, nem de transporte público, nem temos soluções a propor que não seja ciclovias ou passadiços. -----

Parece-nos curto, Sr. Presidente. Estamos, obviamente, de acordo com a relação das pessoas com a natureza, com o andar a pé, mas não estamos a resolver com profundidade ou com seriedade, o problema das emissões carbónicas nos transportes no concelho de Santa Maria da Feira. Aliás, não temos nenhum dado sobre o uso efetivo das ciclovias, não temos nenhum dado sobre o uso efetivo dos passadiços. Sabemos da componente lúdica, não sabemos o que é que está a acontecer na mudança dos hábitos das pessoas, na relação casa-trabalho e casa-escola, se estão ou não a usar estes sistemas de transporte. -----

É um assunto complexo, tem muitas nuances, implica muitos anos, talvez seja uma transformação geracional mais do que momentânea, mas não



João Cunha

podemos estar aqui só a sinalizar sucessos quando temos este problema profundo para resolver.-----

Na gestão urbanística, continuamos à espera do PDM, há muitos anos, há demasiados anos, continuamos à espera de uma solução sobre a redução dos tempos de licenciamento. Fizemos um requerimento à Câmara Municipal, que não obtivemos resposta ainda, sobre os tempos médios dos licenciamentos, da burocracia que acontece no licenciamento urbano. -----

E se queremos, por exemplo, combater o tema da habitação, os aumentos do custo da habitação, precisamos aumentar o número de casas no concelho, e não podemos depender apenas do investimento do Estado, temos de facilitar a vida às pessoas a construir a sua casa, ou a renovar as suas casas, e não é com estes tempos de licenciamento, não é com estes impostos municipais, que os estamos a incentivar. -----

Na ação social, são apresentadas centenas de iniciativas, mas não sabemos nada sobre, de facto, quantos pobres há a menos no concelho. Há menos discriminação? Há menos violência doméstica? Há melhor integração de emigrantes? Há melhor vida dos seniores? Não temos nenhum dado sobre isso, nada que nos permita avaliar, de facto, se estes investimentos estão ou não a ter resultados práticos para a vida das pessoas. E também não sabemos, por exemplo, dos 1,9 milhões de euros para a natalidade, o que está a acontecer à demografia no concelho. Estamos, ou não, a ter uma inversão da perda de população no concelho? -----

Já falei da habitação, infelizmente, da burocracia que temos e das taxas e impostos municipais que não têm ajudado o aumento da oferta, mas, obviamente, estamos de acordo com o investimento público na habitação, nomeadamente o investimento da habitação social, mas não chega, a classe média também precisa de incentivos certos. -----

Na saúde, até por esta transformação do modelo de descentralização, ou do plano de descentralização que temos na saúde, defendemos que a Câmara Municipal integre um serviço específico da área da saúde, uma divisão,

[Handwritten signatures]
Ino Curto



dentro do seu modelo orgânico. Ela continua dentro de um departamento diferente, e achamos que a saúde é demasiado importante para estar limitada a uma parte de um departamento maior, devia ter um espaço próprio, porque essas competências o obrigam. -----

Na educação, também gostávamos de perceber melhor quais são os objetivos que temos, até porque estamos a viver, como disse, uma transferência de competências que é importante aproveitar. -----

Vamos ver os Censos. Santa Maria da Feira tem uma população sem escolaridade de 5,1% da população do Conselho, superior à média da Área Metropolitana, que são 4,4%. Temos no ensino básico, também, mais pessoas com ensino básico do que tem a AMP, em termos de percentagem, e temos menos pessoas com ensino superior, de forma consequente, temos 15% de pessoas com ensino superior, a AMP tem 21%. -----

Portanto, temos um problema de habilitações, precisamos disso. Tem sido feito um grande esforço, tem sido feita uma grande evolução, mas precisamos de ir mais longe, precisamos que mais pessoas façam uma vida escolar bem-sucedida. -----

Mesmo ao nível dos rankings das escolas, não estamos muito bem situados. Em 1181 escolas que foram avaliadas no ensino básico, nós temos escolas no lugar 972, 962, 834, 831, portanto, muito baixo no ranking. Precisamos que as nossas escolas sejam melhores, que promovam o sucesso educativo, que façam com que as crianças tenham melhores notas, melhor avaliação, portanto, consigam também ter uma carreira profissional mais bem-sucedida. -----

E as escolas privadas são aquelas que tiveram melhor avaliação, podemos fazer parcerias público-privadas, precisamos também de aprender com os privados a fazer bem. E, já agora, perguntava ao Sr. Presidente, caso o PSD seja Governo, se vai defender a reversão do cancelamento dos contratos de associação com o Colégio de Lamas, medida que nós defendemos. -----

Estamos de acordo com a aposta no STEAM. -----



João Cunha

Gostávamos de saber se é possível ter uma noção de como é que a avaliação PISA se comportou no concelho. E estamos, obviamente, também de acordo com o investimento nas condições estruturais das escolas, na facilitação da vida dos alunos e das famílias, queremos também saudar estas apostas na literacia financeira, na nutrição, na orientação vocacional, que estão previstas no plano, mas preocupados ainda com os transportes escolares, com a alimentação, como já foi aqui referido, continuamos à espera das obras na Fernando Pessoa, e gostávamos de ver alguma coisa escrita sobre o reforço do ensino superior no concelho. Precisamos de apostar também na atração de ensino superior para o concelho, para além do que já temos.

Na cultura, sinalizo aqui que temos um investimento percentual no orçamento, em cultura, abaixo da Área Metropolitana do Porto, que tem 10,8%, nós temos 3,2%, e temos muita cultura de evento, mas falta-nos a cultura do aumento da participação das pessoas na vida cultural. Quantos cidadãos feirenses leram mais? Foram mais ao cinema? Foram mais a um concerto, tocaram instrumentos, dançaram? Não temos nenhum dado sobre a participação cultural dos feirenses, e gostávamos de ter.

Para terminar, só mais dois pontos. Sobre o turismo, falámos muitos nos grandes eventos como atração turística, mas, quando vamos olhar para o plano do turismo, o que vemos é nada de apostas em estruturação de novos produtos ou em ações de promoção, nenhuma identificação de trabalho com os operadores turísticos para, de facto, trazer pessoas para o concelho, ou na criação de mais espaços de alojamento, e os grandes investimentos são o festival de cerveja artesanal, para além da Semana Santa. Falta-nos indicadores de resultados, falta-nos melhorar também a nossa prestação, numa atividade económica que é muito importante para a Área Metropolitana do Porto.

Queríamos, por fim, saber quais são os dados reais, porque não está no Plano, o Sr. Presidente tem esses dados de cabeça, qual é o resultado



líquido das transferências? Sabemos que, à partida, as transferências de competências do Estado central para os municípios penalizam financeiramente os municípios. Gostávamos de saber qual é o valor, se já têm dados, quantos milhões de euros nos custa a mais ter estas competências, para além daquilo que o Estado transfere. -----

E, por fim, sobre a redução da burocracia, a proximidade aos cidadãos e a transparência, continuamos a achar que valia a pena apostar em Lojas Cidadão, em Espaços Cidadão e em Espaços Empresa no concelho.-----

Com um investimento de 187 milhões de euros, de facto, esperávamos mais, esperávamos mais ambição, infelizmente, é mais aquilo que nos separa do que aquilo que nos une, neste Plano e Orçamento, e, por isso, vamos votar contra.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Senhor Presidente, ao ler esta proposta de plano e orçamento para 2024, verifico que algumas das nossas preocupações acabam por ser aceites pelo município e ser plasmadas no mesmo, como opções para o plano de execução de 2024. Nós, no CDS, não estamos aqui para ter razão, mas sim para, na nossa opinião, ajudar a encontrar soluções para as reais necessidades dos nossos concidadãos. -----

Sabemos que, por mais vontade que haja em executar todas as necessidades, há sempre algumas que ficam por ser contempladas. No entanto, ao longo destes últimos seis orçamentos, verificámos que o município, felizmente, começou a olhar para determinadas temáticas do concelho como prioridades.-----

Passo a enumerar, alguns exemplos que o CDS vem a alertar já há vários anos;-----

1 - A requalificação da rede viária, começo a ver o cumprimento das



ma Cunha

normas da legislação em vigor, tornando-as mais acessíveis para todos. ----
2 - Reabilitação Urbana, felizmente começou a olhar para a reabilitação urbana como uma mais-valia para o nosso território, apesar de ter perdido vários anos na execução.-----

3 - Mobilidade para todos em espaços públicos, e tornar o nosso concelho mais inclusivo.-----

4 - Educação, felizmente o município reconhece a necessidade de aumentar oferta do ensino secundário, no nosso concelho.-----

5 - Ambiente, verifico que o município começou a dar importância ao meio ambiente como forma de promoção e divulgação no nosso território.-----

No entanto, também é um facto que nos deixa sempre alerta. Ano após ano, várias dessas temáticas são plasmadas nos orçamentos, mas não se vê a sua concretização. Por exemplo, o Complexo de Sanfins, o Centro Coordenador de Transportes em Santa Maria da Feira, entre outros.-----

Continuamos a ver projetos de intenções plasmados nos orçamentos, mas depois, na prática, por diversas razões, acabam por ser adiados de ano após ano, sem serem concretizados.-----

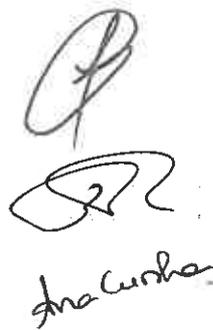
Com isto, não quero dizer que esteja tudo mal, mas como feirense e como pessoa que tem orgulho na sua terra, acredito que os feirenses merecem mais.-----

Temos uma rede de transportes deficitária. Apesar de toda a apresentação com pompa e circunstância da nova empresa de transportes que ia melhorar a situação dos nossos cidadãos, mas na realidade está muito aquém, e com muitos problemas.-----

Continuamos sem ter uma loja de cidadão disponível no nosso concelho.---

Apesar de ter havido uma evolução qualitativa, a nível financeiro e de gestão municipal, politicamente o município está muito aquém das decisões que deveria tomar em tempo útil para melhorar a vida dos feirenses.-----

Os feirenses merecem mais."-----


Ana Cunha



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Chamados a discutir as Opções do Plano e Orçamento para 2024, o Bloco de Esquerda, em sede de Direito da Oposição, faz sempre aquilo que faz quando é convocado a manifestar quais são as suas posições para o planeamento orçamental, e o Bloco de Esquerda afirma um programa político, afirma o programa político com que se apresentou a estas eleições e afirma a necessidade de defender todas e cada uma das medidas que estão lá contidas.-----

Infelizmente, analisando o documento que nos é apresentado a votação aqui hoje, percebemos que as prioridades não são aquelas que o Bloco de Esquerda defende, uma vez que as políticas que são promovidas não defendem uma justiça social, não defendem verdadeiramente a defesa dos serviços públicos, e, na visão do Bloco de Esquerda, não defendem aquilo que deve ser o desenvolvimento do concelho, em termos sustentáveis.-----

E aqui, na defesa daquilo que são as prioridades para o município, o Bloco de Esquerda tem salientado três aspetos principais, de entre todas aquelas que são as políticas e as propostas que fazemos em sede de Orçamento. E, numa delas, até partilhamos daquilo que é uma prioridade defendida também pelo senhor Presidente, em sede de candidatura, e que é a necessidade de investimento forte, efetivo, na habitação em Santa Maria da Feira. Aquilo que são as necessidades e a evolução das necessidades em termos de habitação, na população de Santa Maria da Feira, nos últimos dados a que tive acesso, mostram uma evolução agravante e preocupante, e que o próprio executivo reconhece quando faz a renovação, quando faz a revisão da Estratégia Local de Habitação, que aumentou significativamente o investimento previsto nesta Estratégia. Mas importante, na análise daquilo que é a Estratégia Local de Habitação, e partilho totalmente daquilo que o senhor deputado Carlos Martins fala em termos de matéria, de indicadores previsíveis que nos permitam avaliar o trabalho que é feito



Ma Cunha

pelo Executivo, fica a pergunta, quais são os indicadores que o Executivo se propõe, para 2024, que definem como aquilo que os feirenses devem esperar em termos de habitação no final de 2024? Quantas casas vão ser disponibilizadas para habitação a custos controlados no final de 2024? Quantas famílias em situação de carência e emergência habitacional vão ser definitivamente realojadas no final de 2024? Quantos projetos de construção e requalificação do edificado vão ser elaborados até ao final de 2024? E quantos destes projetos de construção e requalificação do edificado vão ser devidamente adjudicados? É que, em Portugal, estamos habituados a números avultados de investimento, por exemplo, vimos António Costa a defender investimentos de 1.400 milhões em nova construção para habitação a custo acessível, dos quais, no início deste ano, os números apontavam para uma execução de 7 milhões. Não queremos que Santa Maria da Feira esteja a esta imagem e semelhança, mas é preocupante porque levamos 4 anos desde a aprovação da Estratégia Local de Habitação e o mais substantivo que podemos encontrar, na sua execução e naquilo que lá está inscrito, é uma mera consulta ao mercado para aquisição de imóveis, que também vamos discutir hoje nesta Assembleia Municipal.-----

E, portanto, o Bloco de Esquerda considera que este Executivo falha na apresentação de obra feita em termos de habitação no nosso Município, que era uma daquelas prioridades que, no início deste mandato, foi definida como o grande objetivo, como o grande desafio para estes 4 anos. - Nos transportes, já discutimos bastante, hoje, a situação deplorável em que se encontram, neste momento atual, os transportes em Santa Maria da Feira, e já, em sede anterior, o Bloco de Esquerda defendeu que uma solução definitiva para o problema da mobilidade em Santa Maria da Feira necessita de um estudo, de um estudo sobre as necessidades da nossa rede, e que pode perfeitamente ser promovido pelo Executivo municipal. E, aliás, é essa responsabilidade que nós esperamos de um executivo que seja


Ana Cunha



proativo, que chame a si essa responsabilidade de apresentar as melhores soluções para o seu próprio território. -----
Hoje, o Bloco de Esquerda não trouxe a esta Assembleia Municipal a sua proposta sobre a atribuição automática da tarifa social da água, mas consideramos que esta é, mais uma vez, uma falha do Executivo ao não considerar esta possibilidade no seu orçamento para 2024.-----
Temos uma das águas mais caras do país, com um salário que todos os números, em todos os anos, mostram o mesmo. O salário mediano, em Santa Maria da Feira, está abaixo do salário mediano nacional. E a resistência em aplicar uma tarifa social da água, que é recomendada pelas diferentes entidades nos casos onde a exploração da água está entregue a serviços privados, continua a ser uma resistência difícil de explicar para os feirenses, que sentem, todos os dias, o peso que esta fatura tem nas suas contas e na dificuldade com que enfrentam o seu dia a dia. Um bem como a água deve ser entendido como um bem público e, como tal, deve ser público. E, quando não o é, é dever democrático garantir que o acesso é justo. A água não é uma 'commodity', não é um serviço premium, é um bem de primeira necessidade, é um direito. Nesta e várias matérias em termos de apoios sociais, programas culturais, financiamento para desporto, financiamento para apoios sociais, financiamento para infraestruturas que promova uma maior justiça social, mais uma vez consideramos que este orçamento fica bastante aquém. Baixos investimentos, desporto, saúde, cultura, acessibilidades, proteção ambiental, portanto, é um documento que o Bloco de Esquerda não apoia e que, naturalmente, votará contra."-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo que o Partido Socialista fez chegar um conjunto de propostas para instruir o Orçamento Municipal para 2024. De seguida, leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----



João Cunha

“Um orçamento municipal é um instrumento de política económica e social que se traduz num método para atingir um objetivo: mais bem-estar social atual e futuro. Todos os que aqui estão querem isso. Certamente divergimos é no método utilizado para o almejar.-----

Mas como em política não existem (não pode existir!) soluções “chapa 5” para todos os territórios, parece-nos despiciendo reclamar (porque sim!) reduções de impostos ou exigir (porque sim) aumentos de despesa. Poder-se-ia dar o caso de reduzindo impostos ou aumentando despesa (porque sim), assistirmos a uma redução do bem-estar social atual e futuro. É preciso, por isso mesmo, atender à realidade concreta do nosso território e das nossas gentes. -----

Assim sendo, permito-me identificar um defeito deste documento que, aliás, tem a correspondente crítica no relatório de gestão: as Grandes Opções do Plano não identificam os grandes desafios do território, logo não se apresentam as políticas para os mitigar, o que concomitantemente não se traduz, mais tarde, no relatório de gestão na avaliação das políticas seguidas. Obviamente isto não quer dizer que desconheçam o território e os seus problemas. Isto, simplesmente, quer dizer que não partilham com a comunidade aquilo que, no vosso entender, são os desafios futuros do nosso território. -----

De facto, o rigor nas contas municipais revelou-se uma imagem de marca deste Executivo, com direito a honrosas posições nos rankings nacionais. O Executivo, neste ponto, está de parabéns. A dívida do Grupo Municipal reduziu-se 45 milhões de euros e esse facto sustentou a política de “pagar a tempo e horas” (menos de 10 dias) e a aquisição de bens e serviços em melhores condições contratuais. Aqui e no país percebeu-se que reduzir dívida é proveitoso para os contribuintes. Espírito do tempo. -----

Mas se a redução da dívida municipal é a mãe destas duas externalidades positivas, a poupança corrente é o alfa e ómega disto tudo. Em 2013 a poupança corrente era de 2,3 milhões de euros. Em 2023 estima-se que



Santa Maria da Feira
assembleia municipal

pág. - 1301 -

SESSÃO: ORDINÁRIA

DATA: 11 E 18/12/2023

seja 15,7 milhões. Os impostos diretos, em 2013, eram 23,4 milhões de euros. Em 2023 estima-se que sejam 37 milhões. Faço esta comparação para que os ilustres membros desta casa se apercebam deste facto: o aumento da poupança corrente corresponde, quase na totalidade, ao acréscimo de receitas próprias. Obviamente isto não é assim tão simplista, mas existe um seríssimo fundamento de verdade no que vos digo de seguida: a consolidação das contas municipais foi feita indiscutivelmente à custa de mais impostos.-----

Também aqui não quero cair na conversa tola que se escuta a nível nacional. Ninguém está a dizer que as taxas de imposto aumentaram; simplesmente dizemos que a arrecadação de receita aumentou de forma muito significativa. O que volta a verificar-se neste orçamento, com especial destaque para o IMT e derrama que atingem valores recorde de 9,4 e 6,2 milhões respetivamente.-----

Recorde também é insígnia atribuível ao valor global do Orçamento. Inicia com 122 milhões de euros, reflexo de mais delegação de competências, e termina com mais de 180 milhões, fruto da futura inclusão do saldo de gerência. Aqui a adversativa deve, uma vez mais, ser invocada. Isto é bom, mas, o saldo de gerência não deveria distorcer completamente o orçamento agora votado, nem as rubricas de despesa serem reforçadas futuramente de forma ad hoc. E não vale a pena atirar com a ideia da cabimentação dos concursos já lançados. Já o tínhamos dito e voltamos a dizer: os compromissos plurianuais assumidos totalizam cerca de 28 milhões e o saldo de gerência supera os 60 milhões.-----

Assim, não sendo vontade deste Executivo eliminar imediatamente a dívida bancária, reduzir os impostos e/ou lançar mais políticas públicas de desenvolvimento local, não seria mais razoável para a construção e análise do orçamento, criar uma solução semelhante à proposta pelo ex-Ministro das Finanças, Fernando Medina? Criar um Fundo Municipal dedicado à resolução de problemas estruturais do Município, por exemplo, em matéria



João Cunha

de reabilitação urbana ou transição energética?-----

Caros e Caras Colegas, Santa Maria da Feira enferma, essencialmente, de três problemas: salários, sustentabilidade ambiental e habitação. -----

Um problema de salários, porque os rendimentos são consistentemente inferiores à média nacional e regional, o que nos parece um paradoxo, sobretudo se levarmos em linha de conta a dinâmica empresarial do território, grande parte dela exportadora. Aqui importa recordar que propusemos um Conselho Económico e Social Municipal, onde todos os agentes se sentassem à mesa e discutissem problemas e soluções que qualquer fórum do Bizfeira será incapaz de encontrar. -----

Um problema de sustentabilidade ambiental com evidentes impactos atuais e futuros na carteira de famílias e na viabilidade de empresas que não se tenham adaptado aos novos modelos energéticos, nem investido na poupança de recursos (em particular água). O Município, neste particular, faz muito pouco. Apresenta-nos a transição ecológica e climática, sob a forma de um estranho programa relacionado com abelhas, sim abelhas, para, citando, “criar uma maior consciência ambiental sobre a importância da biodiversidade urbana e dos polinizadores em particular.” Caros e Caras Colegas, e se deixássemos as abelhas em paz e desenvolvêssemos programas de apoio à transição energética para famílias, instituições sociais e empresas? E se a recolha seletiva porta-a-porta chegasse a todo o município? E se tivéssemos recolha de biorresíduos e óleos usados? E se a poluição de linhas de água terminasse de vez? E se tivéssemos soluções de mobilidade flexíveis “a pedido” que permitissem responder eficientemente às necessidades de deslocação dentro do território? Não estaríamos a dar uma resposta à altura das exigências do presente? Sim, hoje temos mais espaços verdes, mais quilómetros de passadiços e até mais ciclovias. É certo, mas isto é insuficiente. O que é feito da parceria com a Greenvolt para desenvolvermos Comunidades de Energia Renovável no território? -----

Tudo o que gravita em torno da sustentabilidade é já sinónimo de futuro e



Ana Luísa

não há a menor sombra de dúvida que estamos profundamente atrasados.-
Um problema de habitação, uma vez que o preço mediano de venda por metro quadrado em Santa Maria da Feira, para os alojamentos familiares, superou os 1.200 euros (40% superior ao verificado três anos antes), tornando o acesso à habitação impraticável para a grande maioria dos Feirenses. Recorde-se que 50% destes recebe um rendimento líquido anual, no máximo, na casa dos 9400 euros. É só fazer as contas. -----
Num território com 136 mil habitantes, o parque municipal responde apenas a 2 mil pessoas (1,5% do total). Mesmo que a Estratégia Local de Habitação seja integralmente cumprida, acrescentará pouco mais de 200 fogos ao parque habitacional existente. Por isto mesmo, o Município não se pode alhear desta realidade e ignorar os instrumentos de política fiscal apontados pelo PS para incentivar os proprietários a colocar mais imóveis disponíveis no mercado. Recorde-se a cifra: 4 mil imóveis devolutos.-----
Haveria muito mais a explorar, mas estamos limitados no tempo. Aproveito, portanto, também para saber em que ponto está o cadastro de bens afetos a concessões; recorde que os revisores de contas colocaram “reservas” a esta falha.” -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“10 anos depois, 187 milhões de euros, o maior orçamento de sempre, e, continuamos a ler Planos de Orçamento com promessas reiteradas. -----

O sucessivo “agora é que vai ser” a que os executivos liderados pelo PSD de Santa Maria da Feira nos habitou. -----

10 anos depois e o documento que recebemos, com 437 páginas, continua com as mesmas debilidades que encontrávamos no 1.º Plano e Orçamento apresentado sob a atual liderança da Câmara Municipal. -----

A mesma amálgama de ideias, qual mantã de retalhos, sem visão



Ino Cunha

estruturada, recheada de propaganda e terminologias chavão ditadas pela moda, com estrangeirismos e pouco ajustadas às necessidades reais que se fazem sentir em Santa Maria da Feira.

Persiste a mesma falta de rumo, latente nos diferentes capítulos do documento, que não seguem uma orientação coesa e estruturada que nos permita identificar visão e estratégia para o tão desejado desenvolvimento de Santa Maria da Feira.

10 anos sob a mesma liderança era expectável que as promessas fossem evoluindo à medida que o próprio concelho evoluísse.

Para clarificar, permita-me citar as palavras do Sr. Presidente na Reunião da Câmara Municipal de 20/11/2023:

“O desenvolvimento económico e atratividade do território veem-se pela capacidade de, ao longo dos anos, dotar o território de boas infraestruturas, as quais potenciam a competitividade e despertam o interesse de investimentos internacionais”.

É precisamente este o ponto!

Boas infraestruturas.

É isto que gostaríamos de ver refletido no nosso Concelho:

- Boas infraestruturas em equipamentos, passeios, redes e modos de transporte eficazes;
- Ordenamento do território coeso, dedicado à redução das assimetrias sentidas;
- Planeamento urbano estratégico eficiente;
- Cobertura a 100% de saneamento em todo o Concelho;
- Água a preço justo;
- Investimento sólido numa estratégia de sustentabilidade e eficiência energética que nos permita contribuir verdadeira e eficazmente para o combate e emergência das alterações climáticas, quer no espaço público como nos edificios e equipamentos municipais;
- Requalificação do espaço público e das nossas ZI, infraestruturando-as



de acordo com as necessidades de empresários e trabalhadores, capacitando-as para o investimento que todas e todos desejamos;-----

- Medidas de apoio aos nosso tecido empresarial e empreendedorismo social, mais do que meras ações de diplomacia e marketing;-----

- Capacitação dos nossos agentes locais para a promoção de emprego qualificado e bem remunerado; -----

- Um centro escolar de referência;-----

- Investimento na promoção da formação profissional direcionada, de acordo com os recursos locais, complementadas por medidas de estímulo à empregabilidade; -----

- Investimento ambicioso na captação de um cluster de ensino superior especializado, centrado nas especificidades da indústria local; -----

- Aposta firme numa estratégia de fixação de jovens casais, assistida por uma verdadeira aposta estratégica de um parque habitacional digno, quer em quantidade como em qualidade e preços acessíveis, apoiada por uma rede de serviços de transportes eficiente; -----

- Estratégia Municipal de proteção e bem-estar animal, com medidas dedicadas à prestação de serviços de veterinária a famílias carenciadas; ----

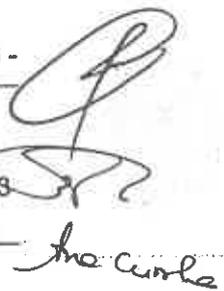
- Entre tantos outros eixos de intervenção social que são trabalhados de forma superficial e pontual. -----

Efetivamente queríamos mais. -----

Mas continuamos encostados às velhas promessas e propaganda de que o Imaginarius, a Viagem Medieval e o Perlim são os grandes indicadores de taxa de sucesso do Concelho, a par de uma concentração de grandes superfícies comerciais.-----

É importante relembrar que nos últimos 10 anos o concelho perdeu um terço da população jovem, praticamente duplicou o número de idosos e viu ser reduzido, significativamente, o número de habitantes.-----

Neste apregoar, insano, de um desenvolvimento que tem, muito mais, de marketing do que realidade concreta, o comércio local vai afogando, vetado



João Cunha

ao abandono. Fala-se de uma app milagrosa, como se fosse a solução para os problemas profundos, semeados e cultivados pelas políticas públicas municipais nesta temática. -----

A menos que o Sr. Presidente considere que infraestruturas e investimentos internacionais se resumem à proliferação de grandes superfícies comerciais, não conseguimos identificar, no território, evidências dessas infraestruturas capazes de potenciar a competitividade apregoada, capaz de despertar o interesse internacional. -----

Não identificamos infraestruturas capazes de ombrear e apoiar o investimento feitos pelo nosso tecido empresarial. -----

O desenvolvimento económico que verificamos resulta, essencialmente, da localização do nosso Concelho e pelo forte empenho e engenho desses empresários. -----

Não se identifica uma estratégia municipal para o desenvolvimento coeso da nossa indústria. Nem sequer um Eixo da Cortiça fomos capazes de implementar. -----

Mantêm-se as repavimentações sem requalificação profunda tão necessária. -----

Mantêm-se a promessa da construção do Centro Coordenador de Transportes e da reabilitação do Túnel da Cruz. -----

Mais uma vez, parece que agora é que é. -----

Entretanto, o Interface de Lourosa/Fiães aguarda a abertura por falta de capacidade de gestão. -----

Não fomos capazes de investir em espaços do cidadão, que nos permitisse a levar os nossos serviços à população mais envelhecida e afastada dos centros urbanos, uma vez que temos uma péssima resposta ao nível de transportes coletivo. -----

A nossa cultura continua a perseguir uma visão centralizada, afastada do nosso tecido associativo cultural concelhio. -----

No setor turístico, não se vislumbra qualquer Plano para criação de



Handwritten signature



infraestruturas promotoras de capacitação do setor. -----
A propaganda inscrita no documento continua arredada de uma ligação estratégica à região turística Porto/Gaia/Douro. -----
Mantém-se a visão de uma ação social assistencialista e pontual que se traduz em políticas de penso rápido, impreparadas para emergências sociais, tal como aconteceu na pandemia. -----
A Câmara Municipal continua a apostar em parcerias, utilizando os recursos das nossas IPSS, sem reforçar os apoios a estas entidades. -----
Faltam apoios e projetos dedicados à capacitação das nossas IPSS, nomeadamente no campo da transição energética. -----
O PS defende que na gestão autárquica é fundamental adotar políticas de proximidade com os cidadãos. Nesse sentido, defendemos balcões do cidadão, serviços de proximidade. -----
Defendemos a consolidação da cidadania sustenta no esclarecimento e envolvimento dos cidadãos, críticos e criativos, permitindo-lhes dar o seu contributo para uma democracia mais plural e informada. Por isso, defendemos a inclusão do Orçamento Participativo no Plano de Atividades do Município. -----
No que diz respeito ao ambiente e bem-estar animal, as propostas municipais ficam muito aquém das necessidades. -----
Precisamos de uma verdadeira estratégia que nos conduza à neutralidade carbónica no nosso concelho. -----
Precisamos de planeamento ambiental com medidas de operacionalização, promotoras de uma mudança de paradigma nesta área. -----
No Plano apresentado, é referido o alargamento do projeto piloto das trotinetes e bicicletas elétricas. No entanto, o relatório apresentado em setembro passado, provou o fracasso desse piloto. -----
Por isso não se compreende como a Câmara Municipal pretende alargar a área de conceção, mantendo exatamente os mesmos pressupostos que conduziram ao incesso:-----



me lumbra

- Sem regulamentação; -----
 - Sem definição de circuitos de acordo com a funcionalidade dos mesmos. -
- O Sr. Presidente fala de 10 anos de conquistas e progresso. -----
Infelizmente, 10 anos depois e nem a muralha do nosso Castelo se aguentou. Como poderemos acreditar que os feirenses continuarão a resistir à falta de rumo que reina no nosso Concelho?" -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Antes de começar, tenho de fazer uma nota prévia. A Oposição falou muito que o Sr. Presidente atribui como de positivo, o que acontece no Município, da responsabilidade do Executivo, e que o que acontece de mau é da responsabilidade dos outros. Ora, para a Oposição, é precisamente ao contrário. Tudo o que é de bom, calhou, tudo o que é de mau, é do Município. Aliás, depois de alguns discursos que aqui ouvi, penso que o buraco de ozono deverá ser culpa do município de Santa Maria da Feira, a falha no COP 28 também deve ser de Santa Maria da Feira, portanto, há um conjunto de problemas que são da responsabilidade do Município. -----
Há alguns partidos que acho que deviam, quando vêm aqui falar, ser mais claros. Querem acabar com o subsídio de natalidade, ou não querem? Se querem, que digam aqui. Que critérios é que eles definem como sendo um sucesso ou sendo um falhanço? Querem ou não querem acabar com as trotinetes e com meios de mobilidade sem carbono? Que critérios é que definem para acabar ou para não acabar? Porque vir para aqui lançar suspeitas, boatos, e depois não se concretiza nada, não acrescenta absolutamente nada à discussão. E, para os eleitores estarem informados, acho que deviam ser claros. Nós estamos à espera que o município aumente o número de crianças em X, se não aumentar, achamos que deve acabar. Devem ser claros. -----

Há um projeto claro neste município, e o projeto é atrair investimento que

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



acrescente valor, que potencia o pleno emprego e melhores salários. -----
E, nesse particular, comparando a taxa de desemprego, que foi aqui um assunto mencionado, entre o município de Santa Maria da Feira e a Área Metropolitana do Porto, em março de 2023, Santa Maria da Feira é 5,31%, a Área Metropolitana é de 6,71%. Porque é fácil, no que me dá jeito, comparar com a Área Metropolitana, e, no que não me dá jeito, comparo com Arouca ou com Castelo de Paiva. E se me der jeito, vou comparar com Oliveira de Azeméis ou com qualquer coisa. Portanto, ou mantemos uma consistência de comparar sempre com a mesma coisa ou torna-se um bocadinho difícil comparar. Se quiser, posso comparar Santa Maria da Feira com um estado qualquer em África e, se calhar, Santa Maria da Feira aí é muito melhor, mas posso comparar também com o Porto, em determinadas áreas, que é pior, e noutras é melhor. E, portanto, ou mantemos uma determinada linha de coerência, ou não vale a pena. -----
Depois, dar aqui uma nota relativamente ao preço da habitação. Ouvi algumas coisas, portanto, também no que interessa o preço da habitação é muito alto em Santa Maria da Feira, daqui a pouco vamos discutir a habitação, provavelmente o preço vai ser muito alto, mas quando não interessa, porque para retirar mérito à Câmara no sentido da captação de investimento e/ou população, já é muito barato. E, outra vez, acho que os partidos devem manter uma linha coerente e, até dentro da mesma Assembleia Municipal, manter a mesma lógica. -----
Neste particular, do emprego, como é evidente, o Município, e o PSD não interpreta assim, e acho que os partidos da Oposição só interpretam porque dá jeito, nunca tirou, muito pelo contrário, o mérito que os empresários e os investidores na Feira têm. E também ouvi uma coisa, e acho que alguns deputados municipais não sabem, o município de Santa Maria da Feira é dos municípios mais exportadores do País, também é uma nota que gostava de deixar. E, portanto, há que dar mérito aos empresários feirenses, há que dar mérito aos investidores que apostam na Feira, mas,



Ma Cunha

para existir investimento, as políticas públicas e, em particular, como o Presidente mencionou, o papel de mediador e a criação de infraestruturas e condições para a implementação de fábricas e para o seu crescimento, e de indústrias e serviços, é o papel do Município que tem sido levado a cabo. --- Nesse particular, vários partidos falaram dos critérios, critérios para avaliar, como é que se avalia. Bem, há um critério que tem avaliado este Executivo, já duas vezes, e que tem sido claramente positivo, que é o critério dos eleitores. Mas, mais do que isso, depois também há uma certa incoerência, porque nós queremos criar critérios para tudo, mas na apresentação da informação das contas financeiras, criticámos o Município por contratar um serviço para precisamente dar-nos indicadores. Portanto, outra vez, é preciso manter uma certa coerência. -----

O contexto das boas contas, acho que é inegável, e estas boas contas resultam em vários itens, desde, para começar, na redução da dívida. Nós temos o saldo corrente, ou seja, a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, a financiar despesas de capital, que é a despesa de investimento. -----

É verdade que, de 2003 para 2004, está projetado um aumento da receita, sobretudo do ponto de vista da derrama, mas isto, se não houve um aumento das taxas, reflete precisamente a capacidade das empresas feirenses em gerar mais lucros. Mérito dessas empresas, mas também mérito do Município. -----

E eu não posso deixar de assinalar a incoerência, para não dizer hipocrisia, do PS vir aqui falar de impostos. Quando não é verdade que o Governo Socialista não aumentou as taxas de impostos. É que o Município não aumentou, mas o Governo Socialista, através das taxas e das taxinhas, do ISP, do IUC, mas agora já não é preciso aumentar o IUC, aumentou muito a carga fiscal à custa dessas taxas e taxinhas. -----

Relativamente ao PS, dar uma nota. Falou-se também da qualidade do orçamento. Eu tendo a discordar, discordo de alguns partidos que fizeram



essa nota, mas para o PS é mais caricato dada a qualidade das propostas que apresentou, que até uma das várias medidas que apresenta não tem qualquer justificativa sequer.-----

E, portanto, é um orçamento com boas contas, com prudência, que tem o problema claro do saldo de gerência, que resulta, em grande medida, ao contrário do que foi aqui dito, do facto de existirem investimentos e o dinheiro ficar cativo. Não podemos deixar de dar nota que, dentro deste contexto de prudência, deve-se sempre olhar para as freguesias, que necessitam também do respetivo financiamento.-----

E, agora, gostaria de destacar algumas medidas que foram tomadas pelo Município.-----

Em 1.º lugar, na Educação. É verdade que vai haver construção física, o novo centro escolar na antiga escola Fernando Pessoa, o centro escolar de Travanca, a escola de Caldelas, em Caldas de São Jorge. E a questão é, já que se falou tanto na Área Metropolitana do Porto, gostava que me trouxessem aqui quantos municípios é que estão a fazer tantas obras, no parque educacional, como Santa Maria da Feira.-----

E, mais importante até, o parque escolar prende-se, muitas vezes, com medidas de empoderamento dos nossos jovens, e aqui gostaria de dar destaque ao programa Click que, como mencionaram aqui, vai dar um conjunto de valências fundamentais aos nossos jovens, com destaque para a literacia económica no ensino secundário, e penso que, depois de fazerem 18 anos, dificilmente conseguirão votar no Partido Socialista. Mas, também, a alimentação no 1.º ciclo, competências socioeconómicas no 2.º ciclo, orientação vocacional e aproximação ao mercado de trabalho, no 3.º ciclo.-----

Na habitação, já foi aqui mencionado que vão ser realizadas diferentes tipologias. O ponto vai ser discutido posteriormente, mas só queria dar nota que, dentro das funções do orçamento, dentro da despesa, a função que tem o maior peso na despesa é a da habitação, com cerca de 32% da



João Cunha

despesa, cerca de 27 milhões de euros. -----

Na Cultura, ao contrário do que é dito, este é o primeiro Executivo a requalificar o Castelo, recentemente, mas também há o lançamento do concurso público para o centro de interpretação do Castro de Romariz, que também faz parte da nossa história. -----

Na Saúde, também temos obra física. Não vou enumerá-las todas, porque são tantas, mas também gostaria que me dissessem, na Área Metropolitana do Porto, quantos municípios é que estão a fazer isto, a concluir, a lançar concursos ou elaborar projetos de tantos centros de saúde. -----

Há o projeto de saúde pública preventiva, mais um projeto que, não sendo obra física, é fundamental para melhorar a qualidade de vida, não só dos idosos, atualmente, mas também daqueles que se vão tornar idosos. -----

E dar nota para algo que os partidos da Oposição, muitas vezes, reclamam aqui, que é a intervenção nas termas das Caldas. -----

No Desporto, dar nota para a reabilitação do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães, e a abertura de concurso para três pavilhões, Lobão/Gião, Arrifana e Lourosa. -----

Relativamente à questão da mobilidade, dar ênfase às ciclovias, à conclusão da Lourosa-Lamas e a abertura da que liga, depois, São João de Ver à de Lamas-Lourosa. E, neste particular, estranho a intervenção do Chega, tenho muitas dificuldades em perceber se percebe o que é a lógica da ciclovia, e até tenho dificuldades em perceber se circula pelo Município porque, se passar em Lourosa ou em Lamas, percebe perfeitamente que isto vai ser de uma utilização em massa, e mesmo na zona de São João de Ver, que liga à Feira. -----

Finalmente, eu não posso deixar de assinalar algumas obras. Os Paços do Município, que é fundamental para a melhoria da qualidade da prestação do serviço que o Município presta, mas também para a questão ambiental, porque, muitas vezes, fala-se da questão ambiental, e vai ser um edifício

João Cunha



que, desse ponto de vista, vai trazer uma eficiência energética muito maior, e isso também é de assinalar. -----

A conclusão do Cais de Porto Carvoeiro, que vai ser uma obra que vai permitir ligar o Município através do rio. -----

E queria terminar falando das outras obras, que são outras obras que eu chamo de substituição ao Governo Central, e que são essencialmente duas.

Uma é o projeto para a construção do novo tribunal. Quero frisar que o tribunal não é da responsabilidade da Câmara Municipal. O tribunal, o projeto tribunal e tudo o que envolve o tribunal é da responsabilidade do

Governo Central. Outra é a reabilitação urbana do Túnel da Cruz, que inclui Picalhos e mais algumas reparações ali à volta, que, novamente, não é da responsabilidade da Câmara Municipal, nem o projeto, nem a obra.

Aliás, muito já está a fazer a Câmara Municipal ao substituir-se ao Governo Central, e também gostava que me dissessem, na Área Metropolitana do Porto, que outros municípios é que fazem isto com a frequência que o município de Santa Maria da Feira o faz. -----

E, portanto, para concluir, o PSD evidentemente aprovará este orçamento, porque só com este orçamento o Município continuará, efetivamente, um passo à frente.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por comentar que muitas das intervenções foram mais do foro ideológico e programático, e não, uma verdadeira análise à proposta do Plano e Orçamento. Disse que percebeu alguma confusão nos conceitos, como, sejam, confundir o aumento da carga fiscal com o aumento da receita fiscal, ressaltando que existe uma grande estabilidade fiscal no Município, mantendo-se as taxas há largos anos, e, assim, o investidor sabe, perfeitamente, com o que contar, salientando que, quando a estabilidade fiscal resulta num aumento da receita, tal significa, sucesso. Realçou que se a receita da derrama, por exemplo, aumenta de 3 para 6 milhões de euros, significa que o tecido



ma curbe

empresarial do Concelho está a ter mais lucros e está a pagar mais impostos, e não aumento da taxa de derrama.-----

Deu nota que a Câmara tem 90 empreitadas em execução, pelo que fica surpreendido ao ver a Câmara ser acusada de obras que não arrancam, quando já estão a decorrer, o que percebe, porque os senhores deputados têm a sua vida e nem sempre circulam em todos os pontos do Concelho, com 215 quilómetros quadrados e 31 freguesias.-----

Asseverou que ouviu críticas muito tristes, como críticas às ciclovias e à intervenção da Câmara na diminuição da pegada carbónica, quando Santa Maria da Feira foi o primeiro município a substituir todas as lâmpadas da iluminação pública por lâmpadas LED, o que permitiu, para além de uma diminuição significativa dos consumos energéticos de combustíveis fósseis, uma poupança significativa financeira, de mais de 50%, registando que o Município já recuperou todo o investimento feito.-----

Referiu ficar surpreso com as críticas às ciclovias, dizendo que, ele próprio, há 20 anos, duvidava das ciclovias porque o território concelhio é bastante acidentado, mas com o surgimento da bicicleta elétrica e das suas potencialidades, tem a certeza de que a ciclovia pode ser uma alternativa viável para qualquer pessoa, em qualquer idade. Aludiu à construção da ciclovia Feira/Lourosa, dizendo que está executada até ao limite de São João de Ver, estando a ser executada a de Lamas/Lourosa, e prestes a ser lançada a empreitada de ligação entre São João de Ver e Lamas, o que vai permitir ligar Feira a Lourosa, com uma distância significativa, ligando a parte sul à parte norte do Concelho. Referiu que também está em execução a ciclovia que liga a Feira, a Rio Meão e a Paços de Brandão, através da via estruturante.-----

Afirmou que o passadiço do Uíma foi muito maltratado, mas, como frequentador assíduo do mesmo, atesta que lhe dá um prazer imenso caminhar lá, seja de verão ou de inverno. Referiu que já são 9 quilómetros, havendo ligação de Sanguedo a Pigeiros, passando por Caldas de São


Ana Cunha



Jorge, acrescentando que foi lançado e aprovado o concurso de 1,5 milhões de euros, para a ligação a Escapães, o que permitirá cumprir o objetivo de ter, no passadiço do Uíma, toda uma ligação pedonal extraordinária. Salientou que aquele passadiço é um tesouro, que culmina na pérola da envolvente das Termas de S. Jorge, acrescentando que, com a futura intervenção no balneário termal, quer na parte nova, quer na parte mais antiga, vai transformar aquele local num sítio extraordinário, do ponto de vista da atração turística, dos cuidados termais, do SPA, do alojamento, da alimentação, de todo um conjunto de negócios a prosperar. -----

Sobre a crítica ao projeto das polinizadoras, referiu ser um projeto que tem uma importância vital para a certificação ambiental das empresas, acrescentando que, no atual mercado internacional, há um determinado conjunto de negócios que tem uma avaliação muito maior se tiver este conceito presente nas suas ações. Disse ter percebido isso aquando do investimento feito pela empresa Faurecia, dando nota que a mesma tem cerca de 800 quadros qualificados a trabalhar em Santa Maria da Feira e está a fazer um novo edifício, para receber cerca de 2.000 trabalhadores. ---

Quanto à questão de ter diminuído o número de empresas, com mais de 250 trabalhadores, disse ser uma situação perfeitamente normal, dada a evolução do mercado de trabalho e da gestão. Referiu que a automação e a robótica diminuem o número de trabalhadores, comentando que as mesmas empresas passaram a produzir, provavelmente, 10 ou 20 vezes mais do que produziam, pelo que a dimensão das empresas já não é avaliada pelo número de trabalhadores, mas sim pelo volume de negócios, pela faturação, o que tem vindo a aumentar significativamente. -----

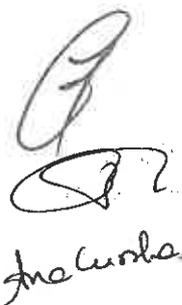
Salientou que as empresas portuguesas baseavam a sua competitividade internacional na mão de obra barata, mas que, por mérito delas, estão a evoluir, acrescentando que entende que o papel do Presidente da Câmara é o de fazer a sociedade civil e as empresas florescerem por si. Disse que não se vê como mestre de nenhum empresário, pois eles é que sabem do



negócio, frisando querer que os empresários trabalhem bem, que empreguem muita gente e que ganhem dinheiro, para não irem à falência. - Prossequindo a sua intervenção disse que a maior parte das críticas foram dirigidas, ao Primeiro-Ministro demissionário, António Costa, essencialmente, as feitas pelo PS, dado que o Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira não consegue resolver aquilo que é da competência do Governo, questionando, se a crise, designadamente, da habitação, das políticas de habitação, do congelamento de rendas, da apropriação forçada de imóveis, é de imputar ao Presidente da Câmara. Realçou que, se fosse um decisor nesta área, iria fazer todo o possível para trazer o investidor para o mercado do investimento, fosse para arrendar ou para vender, através de políticas fiscais consistentes. Referiu que, quando se começam a adotar políticas erradas, o investidor não investe, e, quando há pouca oferta no mercado da habitação, os preços sobem.-----

Disse também saber que Santa Maria da Feira não é um paraíso, explicando que, quando fala em pleno emprego, não está a falar de não haver desempregados, pois o conceito de pleno emprego é haver um número de desempregados abaixo de 5%, sensivelmente, dando nota que a taxa de desemprego no Concelho se situa entre os 4 e os 5%. Salientou que existem pessoas que já não querem regressar ao mercado de trabalho, e gerem o período da pré-reforma, e outras que nem se importam que a empresa feche, porque fazem um acordo de pré-reforma para receber um determinado valor, ressaltando que há interesses próprios e cada um defende-os da melhor maneira possível.-----

Sobre a afirmação do Tiago Paiva de que a proposta do orçamento não dá resposta ao programa eleitoral do BE, disse que, naturalmente, não dá. Realçou que foram recebidas propostas de alguns partidos, e que, como escreveu na sua mensagem inicial do Plano e Orçamento, foram aceites muitas das propostas do CDS-PP, por serem coincidentes, mas que também percebeu que o BE apresentou o seu programa eleitoral, que não


Ana Cunha



foi o vencedor das eleições, pelo que, se alguma medida acaba por ser executada, é por mera coincidência. -----

Fez notar que o pedido aos partidos para a apresentação de propostas apontava até 15 de setembro, e o PS só as enviou em novembro, altura em que já não dava tempo para as incorporar, até porque o orçamento já estava feito. -----

Em relação às críticas feitas na área da saúde, salientou que o Município é dos melhores do país, tanto nos cuidados hospitalares, como nos cuidados de saúde primários. Referiu que, para além do emprego para todos, o objetivo é ter emprego bem remunerado, fazendo notar que já foram captados alguns investimentos nesta área para o Concelho, e que está a ser ultimado um outro, de uma empresa que produz medicamentos, que se irá instalar no PERM. Disse que, no Lusopark, existe uma empresa que produz gases medicinais, aludindo também à parceria entre a Atrys e o Hospital Lusíadas, ressaltando que há toda uma atração de investimento que o Município procura potenciar, no sentido de empregar jovens com salários mais elevados, mas que não é um trabalho fácil. Realçou que aquilo que faz, enquanto Presidente da Câmara, é, que quando se apercebe que existe possibilidade de investimento nestas áreas, tenta fixá-lo. -----

Sobre a mudança do paradigma do uso de carro próprio, disse que, muitas vezes, é um sinal de sucesso pessoal, dando nota que, há 4 ou 5 anos, a empresa ECCO resolveu colocar à disposição dos seus trabalhadores autocarros, para os transportar para as instalações da empresa, mas que, ao fim de 2 meses, o autocarro andava vazio, porque os trabalhadores preferiram usar a sua viatura. -----

Referiu que, obviamente, o uso de carro próprio não é o melhor para o ambiente, mas que a mudança de paradigma leva tempo, e que será através da criação de ciclovias e de uma boa rede de transportes públicos, que está a ser implementada e que espera funcione, em pleno, dentro de meses, que se vai convencendo as pessoas de que vale a pena usar estas



ma Cunha

alternativas. -----
Referiu, como nota final, que o membro Ângelo Santos fez uma análise de certa forma elogiosa ao trabalho da Câmara, o que agradece, mas que aquilo que está plasmado no Plano e Orçamento é o programa eleitoral do Executivo, que passa pela requalificação de zonas industriais, pela requalificação dos centros urbanos, pelo aumento do parque da área da saúde, pelo aumento do parque escolar, por ter infraestruturas básicas no máximo, pela atração de investimento e emprego qualificado. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou uma segunda ronda de intervenções, de acordo com o tempo que restava a cada partido. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco. --

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse, sobre as ciclovias, em resposta às palavras proferidas pelo membro Carlos Seixas, que existem cicloturistas amadores que gastam entre 2 e 5 mil euros numa bicicleta, pelo que, é compreensível que não andem a subir e a descer passeios. -----

Sobre as comparações com a Área Metropolitana do Porto, disse que, aos feirenses, interessa-lhes o que se passa em Santa Maria da Feira, e não o que se passa no Porto. -----

Disse viver ao lado da ciclovia de Espargo, pela qual passa 4 e 6 vezes por dia, e pode adiantar que, ao contrário do que pensa o Carlos Seixas, que acha que as ciclovias são utilizadas por um grande número de pessoas, tal não corresponde à verdade, convidando o membro Carlos Seixas a visitar aquela ciclovia para o comprovar. -----

Recordou ainda que, quando se começaram a construir as ciclovias, o Chega foi o primeiro a dizer que era um erro a colocação das chamadas abelhinhas para separar as ciclovias, e a prova disso é que esse equipamento está a ser substituído por separadores de betão. -----



Ana Cunha

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) esclarecendo que, na sua intervenção anterior, não falou de carga fiscal nem de aumento das taxas, mas sim de receita fiscal, tendo mencionado que a receita fiscal aumentou. Disse que o Orçamento é um documento técnico e, portanto, falou de um conjunto de questões técnicas que gostava de ver resolvidas, salientando que quando há um saldo de gerência que supera os 65 milhões de euros, que vale quase 50% do orçamento, a inclusão do saldo de gerência distorce completamente o orçamento, sendo uma espécie de orçamento retificativo, que vale metade do orçamento anterior. Referiu ser por isso que falou da criação de um fundo que pudesse responder a problemas estruturais do Município, porque, do ponto de vista técnico, tal ajudaria a alocar uma parte grande das receitas e evitava toda a dispersão pelas despesas, que é feita necessariamente de forma ad hoc.

Realçou que, para além de questões técnicas, aludiu a questões políticas concretas, nomeadamente quando questionou para quando haverá a recolha de biorresíduos e de óleos usados, bem como a recolha seletiva, porta a porta, em todo o Município.

Disse, também, ter questionado o programa que o Executivo tinha previsto, relativo a serviços de transporte e implementação do mesmo.

Perguntou, ainda, sobre o cadastro de bens, afetos às concessões, sobre o qual os revisores oficiais de contas, fizeram uma nota muito séria, acrescentando que até ouviu falar que foi lançado um concurso para fazer esse levantamento, e gostava de saber o ponto da situação.

Concluindo, frisou que fez estas questões na sua intervenção inicial, entre outras, que gostava de ver esclarecidas.

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) dizendo que não tem problemas nenhuns em elogiar quando necessário, assim como, em criticar quando o entender fazer.

Referiu, como exemplo, que quando vem da freguesia de Fornos para Santa



Ma Cunha

Maria da Feira, vê a EN 109.4 com passeios até ao limite da freguesia de Fornos, mas, ao entrar na freguesia de Santa Maria da Feira, apesar de ver que a requalificação da Igreja da Misericórdia foi feita de forma esplendorosa, constata que toda a envolvente não condiz com o cartão de visita de Santa Maria da Feira. Realçou que não só é necessário intervir na EN 109.4, como também na zona envolvente, fazendo notar que é um assunto que se arrasta há vários anos e que, pelos vistos, o orçamento para 2024, não vai resolver. Disse que aquela envolvente não pode ser apenas usada como lugar de estacionamento, na altura dos eventos, porque a cidade de Santa Maria da Feira, assim como todo o restante território do Concelho, merece mais. -----

Salientou que é lamentável o estado em que se encontra o edificado junto à CERCI, na zona que desce em direção à Igreja Matriz, dando nota que muito desse edificado está com concessão na área alimentar, na altura dos eventos, e não dá uma boa impressão aos turistas. -----

Sobre as ciclovias, mencionou que o percurso urbano do Cáster é interrompido num estacionamento, perto do Pavilhão da Lavandeira, e os cicloturistas têm de descer os passeios e seguir pela estrada até encontrar o seguimento da ciclovia, comentando que, se não há solução para estas situações, que não se implementem em locais que não reúnem as devidas condições. Referiu que situação similar acontece junto à EB 2,3 Fernando Pessoa, em que a ciclovia atravessa uma via rodoviária, exigindo cuidado, frisando que são estes pormenores que mostram como é gerido o Concelho. Questionou onde está a construção de um acesso prioritário para o hospital, dizendo que, o atraso de alguns segundos, na prestação do socorro, pode significar a diferença entre a vida e a morte. -----

Referiu que, também, não se vê solução para a questão dos transportes pesados de mercadorias nos centros das freguesias, que destroem a rede viária, ressaltando que, apesar de poder haver vontade e poderem estar projetadas vias alternativas, a execução demora. -----



Ana Paula



Santa Maria da Feira
assembleia municipal

Reforçou que é importante valorizar o património e cativar turistas, mas também é importante criar condições para os autocaravanistas, para que, quando dos eventos, tenham locais com condições adequadas para estacionar, bem como conforto e segurança. -----

Fez notar que a Praia da Mamoá é um ex-libris do Município, mas que faltam os equipamentos acessórios, os quais, fazem toda a diferença. -----

Disse constatar, com agrado, que já se começa a olhar para a requalificação urbana como um objetivo para o futuro, comentando que, durante muito tempo, os presidentes de junta abriam os mapas de requalificação urbana, ou de zonas delimitadas, e não sabiam do que se tratava, mas que, felizmente, agora já sabem.-----

Referiu que o uso de lâmpadas LED na iluminação pública, em todo o concelho, é uma mais-valia e que em pouco tempo o investimento foi recuperado, questionando para quando a eficiência energética em todos os edifícios municipais, designadamente, pavilhões, piscinas e escolas, que são grandes consumidores de eletricidade. Perguntou se a Câmara vai esperar que termine esta fase de apoio através dos fundos comunitários para, depois, ir a correr atrás do prejuízo. -----

Sobre as paragens de autocarro recordou que, há cerca de 3 anos, apresentou uma moção a esta Assembleia sobre o tema, e que a mesma foi rejeitada com o argumento de que o assunto estava a ser tratado no âmbito do processo da rede de transportes da Área Metropolitana do Porto, mas que, afinal, vai ser o Município a implementá-las e a suportar o investimento.-----

Concluindo, referiu que muitas das paragens do Concelho nem sequer tinham uma mica com a indicação dos horários dos autocarros, e que, agora, com o sistema de transporte da UNIR e com a alteração dos trajetos, também não existe essa informação, reforçando que Santa Maria da Feira, com 180 milhões de euros de orçamento, merece mais.-----



Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que também considera que Santa Maria da Feira merece mais, mas que o problema é que não sabe onde mais ir buscar as verbas necessárias. -----

Sobre a questão da criação do fundo municipal, de que falou o membro Daniel Gomes, referiu que o Município tem o valor que transita do ano anterior, o saldo de gerência, e que o Executivo sabe onde o aplicar. Referiu que, no orçamento, estão previstos 3 milhões de euros para o Eixo das Cortiças, mas que o mesmo vai custar, segundo se recorda, 7 ou 8 milhões de euros, pelo que, em fevereiro de 2024, quando for lançado o concurso, a rúbrica vai ser reforçada. -----

Sobre a questão do cadastro dos imóveis informou que a Câmara contratou uma empresa para fazer esse levantamento, comentando que o país está todo neste estado, acrescentando que, por exemplo, não se sabe exatamente quantos metros de linha de rede elétrica existem, nem quantos postos, acrescentando que a empresa foi contratada para fazer esse trabalho, de saber quais os bens que são do domínio público ou privado. ---

Sobre o estado de algum do edificado situado na EN 109.4, de que falou o membro Ângelo Santos, disse julgar que o mesmo se estava a referir à antiga pensão Avenida, dando nota de que se trata de um processo complexo e que a expropriação não avançou por ter sido contestada pela proprietária. -----

Sobre o acesso rápido ao hospital recordou que as viaturas de emergência têm prioridade na estrada, tendo-se ainda criado um corredor dedicado às ambulâncias, junto à saída da EN 223. -----

Em relação à moção do CDS-PP sobre as paragens dos autocarros, que foi apresentada há 3 anos, disse ser fácil produzir moções, mas difícil e demorado executar paragens. Concluindo a sua intervenção disse que a Área Metropolitana do Porto definiu o layout das paragens, o qual chegou à Câmara há alguns meses, tendo esta já lançado o respetivo concurso. -----



Ana Cunha



Saíram, durante a discussão deste assunto, os membros Jorge Ferreira e António Valdemar Ribeiro.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD:29, PS:1 – Rui Alves Rios), 15 votos contra (PS:12, BE, IL, CDU) e 6 abstenções (CDS-PP, CH, IND, PS:3 – Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), aprovar as Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano de 2024.

Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro.

Saíram os membros Daniel Gomes, Marco Jesus, Rosa Silva, Carlos Seixas, Regina Silva, António Perestrelo e Nuno Joel Rocha.

5 – Mapa de Pessoal 2024 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) referindo que o ponto em apreço engloba dois temas distintos, ressaltando que uma coisa é o mapa de pessoal que o Município apresenta para 2024, e outra coisa diferente, é a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 93/2021, sugerindo à Câmara que os mesmos sejam discutidos separadamente.

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) questionando se o suplemento de



Ino Cunha

penosidade e insalubridade é, na proposta em discussão, aplicado a todos os trabalhadores da categoria de assistente operacional, ou se a uma pré-seleção de trabalhadores feita pelo Executivo. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que a razão para as duas matérias estarem integradas no mesmo ponto é a de que o mapa de pessoal descreve quem tem direito ao suplemento, acrescentando que a lei prevê um conjunto de atividades com direito ao suplemento, o que se expandiu para abranger o maior número possível de trabalhadores. -----
Informou que é a Câmara que propõe a quem atribuir, dentro dos critérios definidos e segundo as atividades exercidas, reforçando que seria injusto atribuir o suplemento a todos pois deixaria de constituir um suplemento de penosidade e insalubridade, passando a ser uma remuneração. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:26, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND, PS:4 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), 1 voto contra (BE) e 9 abstenções (PS), aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2024, assim como aprovar a manutenção da atribuição de um Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional para o ano de 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Carlos Seixas. -----

6 – Retificação do Mapa de Pessoal 2023 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de novembro de

Handwritten signature and initials
377
Ana Luísa



2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:27, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND, PS:4 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), e 10 abstenções (PS:9, BE), aprovar a retificação ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Alteração da Ordem do Dia-----

A solicitação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, e no seguimento do acordado pela Comissão Permanente, a Assembleia concordou com a alteração da Ordem do Dia, passando de imediato à discussão do seguinte ponto.-----

Reentraram os membros Daniel Gomes, Marco Jesus, Rosa Silva, Regina Silva e António Perestrelo.-----

Saíram os membros António Valdemar Ribeiro e Maria da Conceição Silva.-----

8 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, EM para 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, Amadeu Albergaria, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----



Macinha

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que acompanhando a proposta, disse querer reforçar alguns pontos, o que já fez no passado sobre a ação do Município quanto à empresa municipal, sobre o que é que a mesma faz e que serviços deve prestar, e o que deve ser feito pela Câmara, através dos seus serviços. Disse que há muitas zonas de fronteira que não estão muito claras, e que são importantes esclarecer, para que os cidadãos percebam melhor. -----

Salientou que, no entendimento da IL, o critério, para uma atividade estar dentro dos serviços municipais ou dentro da empresa municipal, é muito claro, pois é o que está na origem da criação das empresas municipais, ou seja, a prestação de um serviço público que tem uma lógica de mercado. Disse que, portanto, há um conjunto de serviços prestados pela empresa municipal que, no entender da IL, cabem perfeitamente dentro deste critério, como sejam, o acesso às aulas de natação, utilização da piscina, a utilização dos pavilhões e outros. Referiu que, contudo, existem serviços que lhe levantam dúvidas, dando nota que também é preciso saber quando chega a altura em que alguns deixam de ter a necessidade de estar sobre o enquadramento legal do município, e podem ser serviços de mercado, até para a empresa municipal não ser um eucalipto que impossibilite a existência de pequenas empresas e de pequenos prestadores de serviços, em algumas áreas de intervenção. -----

Salientou que a pergunta que se deve colocar é se tudo isto merece que se transfiram, por ano, 2 milhões e 895 mil euros do erário do município para a empresa municipal, quando ela, para prestar estes serviços, tem um custo de estrutura de cerca de 900 mil euros, sendo que 766 mil euros são custos de pessoal, acrescentando que, mais uma vez, não encontrou esta reflexão nos documentos, que considera elementar. Continuou dizendo ser normal que este tipo de estruturas ganhe vida própria e comece a fazer coisas só porque sim, fazendo sobressair que é altamente louvável e é das atividades municipais mais relevantes aquilo que se passa com a Natação

[Handwritten signatures]
Ana Luísa



Adaptada, mas também se pode perguntar se ela é da responsabilidade de uma empresa municipal. -----

Questionou, ainda, se um evento de entretenimento, é da responsabilidade da empresa municipal, assim como, se vale a pena gastar o que se gasta com o Perlim, quando o impacto económico vai parar aos municípios vizinhos que têm hotelaria, ficando pouco no concelho, em termos turísticos. -----

Concluindo, disse que gostava de ouvir a Câmara e a Feira Viva sobre um conjunto de questões, esperando que tais justificações sejam dadas na próxima proposta. Por fim, reforçou que a IL vota favoravelmente o tema em análise porque entende que o papel da empresa municipal é relevante. -

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por manifestar o voto contra do BE ao contrato-programa em apreço, não por nenhuma análise específica àquilo que é o conteúdo do documento, mas por aquilo que ele representa em termos daquilo que é uma empresa municipal. -----

Disse que não se pode esquecer que é uma entidade que está dependente das verbas do Município e que executa atividades em áreas que deveriam estar dentro dos pelouros do Município e sobre a sua alçada. -----

Referiu que as empresas municipais levam a um menor escrutínio político, e que esta Assembleia já teve oportunidade de discutir esse menor escrutínio político aquando da informação, e não votação, das contas das empresas municipais, registando, que é por isto, que o BE manifesta a sua posição contra este contrato-programa. -----

Interveio o membro **Job Silva** (PS) que começou por dizer que, em relação a este ponto e relativamente ao orçamento para 2024 da Feira Viva, quer dar nota da melhoria que o grupo municipal do PS registou face ao orçamento anterior, fazendo votos para que este orçamento se cumpra. No entanto, disse querer colocar quatro questões, sendo a primeira delas, a



Handwritten signature

data prevista para a abertura da piscina de Canedo. -----
Questionou, de seguida, os meses de funcionamento e o número de
clientes ativos, no cálculo dos 100 mil euros de receitas da piscina de
Canedo, estimados para o ano de 2024.-----
Perguntou, ainda, se as previsões de aumento das receitas provenientes da
prestação de serviços, das piscinas de Fiães, Lourosa e Santa Maria da
Feira, foram estimadas considerando só a atualização do preçário ou
considerando, também, o aumento do número de clientes ativos.-----
Referiu que, a sua última questão é de âmbito social e diz respeito à
Natação Adaptada, fazendo notar que regista que um dos objetivos é a
promoção, divulgação e o envolvimento dos alunos do ensino especial do
Concelho neste projeto, visando atrair novos atletas para a modalidade.
Disse que, assim, gostaria de perceber, caso exista um jovem com
necessidades especiais, mas que não reúna as condições para a prática da
natação de competição adaptada, se a Natação Adaptada ou a HMC Sports,
oferecem um serviço ajustado às necessidades desse aluno. -----

Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD) que leu o documento que
disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de
seguida, se transcreve: -----

“Apreciamos neste momento a proposta de Contrato-programa a celebrar
entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Empresa Municipal
Feira Viva. -----

Estamos perante um documento que estabelece aquela que será a
prestação de serviços definida pela Câmara Municipal em relação à
empresa municipal responsável pela Administração e Gestão de
Equipamentos Desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de
atividades de animação desportiva, recreativa e cultural, estabelecendo ao
mesmo tempo qual o subsídio de exploração atribuído pela Câmara
Municipal e quais os indicadores de avaliação para o contrato-programa



Ana Cunha

agora proposto. -----

Este é um documento que prevê já a entrada em funcionamento da nova Piscina Municipal de Canedo, equipamento de grande importância, seja pela sua envergadura e pelo que representa em termos de esforço financeiro, mas essencialmente pelo que representa para o bem-estar das populações que irão usufruir deste equipamento e dos serviços de qualidade que poderão usufruir. -----

Deve-se destacar na nossa opinião um aumento dos serviços que a Empresa Municipal irá prestar, sem que haja aumento do Subsídio à exploração. É claramente um ganho competitivo, o que atesta que o caminho e estratégia definida por esta Câmara Municipal em relação à Feira Viva, é na verdade um caminho que dá e continuará a dar frutos, ao contrário do que foi propalado no passado. -----

Continuamos com a firme convicção, que esta Empresa Municipal continuará a ser, como tem sido, a melhor ferramenta para gerir as Pisciniais Municipais de Santa Maria da Feira, Lourosa, Fiães e Canedo, para organizar eventos de excelência como o Perlim ou a Viagem Medieval, mas também para assegurar que o Zoo de Lourosa se torne num espaço de cada vez maior fruição. -----

Não nos podemos esquecer do trabalho de excelência que é feito pela Feira Viva Natação Adaptada, absolutamente exemplar de como a Empresa tem uma forte componente e preocupação social. -----

Não só a eficiência económica da empresa tem vindo a aumentar, como é definido no Orçamento da Feira Viva e de forma clara quais os indicadores definidos para a avaliação do desempenho da empresa. São 31 os objetivos definidos, e todos eles facilmente mensuráveis, o que na nossa opinião contribui para uma melhor gestão e controlo da atividade da Empresa Municipal. -----

Destaque-se ainda o que é o caso de manifesto sucesso no que toca à Gestão do Europarque. De ingovernável como alguns arautos o apelidaram,



ma Cunha

é hoje um espaço que se paga a si próprio e que pode até libertar meios para reinvestir ou alocar a outras atividades. -----

Por fim, desde o início da empresa municipal até aos dias de hoje, os ganhos de produtividade e eficiência são para nós claros e sintomáticos de que a gestão desta Empresa Municipal continuará a ser a melhor garante de um serviço de qualidade às populações e utentes dos serviços e eventos geridos pela Feira Viva, olhando de forma clara aos bolsos dos Feirenses, aumentando os serviços prestados, sem que se aumente o Subsídio de Exploração concedido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.”-----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** esclarecendo, no que respeita à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, que, para o Executivo, faz sentido que a Natação Adaptada esteja no âmbito de ação da empresa municipal Feira Viva. Recordou o histórico, dando nota que a Natação Adaptada surgiu a partir do União de Lamas, que tinha essa secção e essa tradição, pelo que aquando das dificuldades económicas, os responsáveis dessa secção dialogaram com a Câmara manifestando a sua preocupação com esses atletas, tendo a Câmara garantido que não deixariam de ter um espaço para continuarem a praticar natação e, assim, acederem às provas de competição. -----

Referiu que, ao Executivo, o que pareceu mais evidente foi chamar ao processo quem geria as piscinas municipais, que era a Feira Viva, comentando que se podia ter optado por uma escola municipal, gerida diretamente pelo Pelouro do Desporto, mas que se entendeu que o modelo mais eficaz seria o da empresa municipal, o que se veio a revelar positivo, conforme demonstram os resultados. -----

Sobre as políticas sociais da empresa municipal, ou ausência delas, referiu que sempre se afirmou a Natação Adaptada como um dos maiores serviços de ação social ou de dedicação social da Feira Viva, acrescentando que, também, é preciso que todos se entendam quanto à sua dimensão social,



reforçando que, para o Executivo, a Natação Adaptada está bem entregue. -
Quanto às questões colocadas pelo membro Job Silva, informou que a
Natação Adaptada tem cerca de 50 atletas e, destes, apenas 20 são da
competição. Disse que, em bom rigor, o projeto nasceu com a ideia da
competição olímpica, mas que cedo se percebeu que a ideia estava
completamente errada porque, para além da dimensão do atleta, e do bom
atleta paralímpico, existe toda uma dimensão social, o que foi patente
desde a primeira semana de funcionamento.-----

Em relação ao Perlim, informou que é um evento autossustentável desde o
seu início, e, sobre a afirmação de que é um projeto puro de animação e
que a Feira Viva corre o risco de ser um eucalipto que seca tudo à volta,
realçou que a empresa municipal tem tido, nos últimos anos, através dos
eventos, o efeito contrário. Fez notar que a Feira Viva, através dos seus
eventos, tem permitido a criação de um conjunto de pequenas empresas,
de auto trabalho, em áreas em que o país é altamente deficitário. -----

Salientou que, hoje, todos conhecem pessoas de Santa Maria da Feira que
fazem animação em vários eventos, pelo país fora, oriundos dos eventos da
Feira Viva e do Perlim. Referiu que o Perlim envolve alunos das escolas do
Concelho, informando que, na edição de 2023, envolveu cerca de 100
voluntários, que existem empresas na área cultural que trabalham no
Perlim, que há conteúdos culturais que são criados propositadamente para
o evento e que, depois, são difundidos por outros eventos. Por último, disse
que é preciso que as pessoas sejam claras, e digam se querem ou não
acabar com o Perlim.-----

Sobre a Feira Viva Natação Adaptada, questionou se é preciso criticá-la só
por estar a ser gerida pela Feira Viva. Realçou que a mesma está a ser bem
gerida e é reconhecida pela Federação Nacional como um projeto de mérito,
questionando qual o fundamento para se alterar uma coisa que está a ser
bem gerida. -----

Quanto à dúvida manifestada pelo membro Carlos Martins sobre aquilo



que poderá ser gerido por privados, disse que já teve oportunidade de dizer que, quando o espaço foi gerido por privados, correu mal, reconhecendo, em geral, a importância e o mérito da iniciativa privada.-----

Relativamente à intervenção feita pelo membro Tiago Paiva disse perceber a posição ideológica e doutrinal do Bloco de Esquerda, de ser contra as empresas municipais. Disse que, contudo, os resultados da Feira Viva são claros face ao perspectivado, acrescentando que 65% das receitas da empresa municipal são receitas próprias, pelo que não se diga que ela depende totalmente da Câmara e se lhe retire o mérito por conseguir gerir equipamentos que entidades empresariais não conseguiram gerir, nem o mérito de passar a Viagem Medieval de altamente deficitária para equilibrada, nem de contribuir com verbas para outros equipamentos, nem do Perlim ser, desde a primeira hora, um projeto sustentável na área cultural, o que é raro em Portugal.-----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Job Silva disse, quanto à abertura da piscina municipal de Canedo, que consta no plano de atividades da empresa municipal que está prevista para setembro, informando que, em termos de obra física, a piscina está quase concluída, e que se encontra em andamento o concurso para o seu equipamento. Fez notar que, em meados de 2024, a questão será analisada, mas que, por aquilo que são as lógicas de funcionamento e de gestão das outras piscinas, o timing indicado é o mês de setembro, coincidindo com a abertura normal das piscinas com a época que se iniciam várias atividades, em particular, as atividades escolares.-----

Sobre a natação adaptada, informou que as piscinas municipais têm serviços para cidadãos com necessidades especiais, reafirmando que, na própria Feira Viva, na Natação Adaptada, a maioria dos atletas não estão na competição.-----

O membro **Job Silva** (PS) insistiu na questão relativa às piscinas

[Handwritten signatures]
João Cunha



municipais de Lourosa, Fiães e Santa Maria da Feira, perguntando se, no aumento das receitas pela prestação de serviços, foi considerada, apenas a atualização do preçário ou, também, o aumento do número de clientes ativos, ao que o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** informou que foi considerada a evolução natural do mercado durante o ano de 2023, estando em linha com o preçário, assim como, com um pequeno aumento do número de utentes.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:27, IL, CDU, IND, PS:4 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), 1 voto contra (BE) e 14 abstenções (PS:12, CDS-PP, CH), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: "Queria, como declaração de voto, dizer que votamos a favor, apesar de não termos ficado completamente convencidos sobre a necessidade de a Câmara Municipal ter transferido quase 3 milhões de euros, e apesar de também não termos ficado convencido sobre qual é a fronteira entre aquilo que é a atividade de uma empresa municipal pública, e aquilo que é uma atividade meramente privada, e que não ficou esclarecido, nem no documento, nem na resposta."

Reentrou o membro **Nuno Joel Rocha**.

Suspensão dos trabalhos

O membro **Carlos Cunha** (CDU) pediu a palavra, dizendo que, devido ao avançar da hora, a Assembleia tem de decidir quanto a prolongar, ou não, os trabalhos, tendo o membro **Tiago Paiva** (BE) acrescentado que decorre



João Cunha

do regimento que, passadas 4 horas desde o início da sessão, a Assembleia tem de deliberar a esse respeito. -----

Após breve troca de impressões, a **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu à consideração do plenário a questão do eventual prolongamento da sessão, para além das 4 horas, em conformidade com o disposto no artigo 14º do Regimento. -----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), não prolongar os trabalhos. -----

Assim sendo, a **Sra. Presidente da Assembleia** agendou, desde logo, uma 2.ª reunião, para o dia 18 de dezembro de 2023, pelas 20H30, no mesmo local, com vista à continuidade aos trabalhos. -----

De seguida, deu por suspensos os trabalhos, às 01H05, do dia 12 de dezembro de 2023. -----

2.ª REUNIÃO DA SESSÃO

No dia 18 de dezembro de 2023, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.ª Secretários(as) da Mesa, para prosseguir os trabalhos da Sessão Ordinária, cuja 1.ª reunião se realizou no passado dia 11 de dezembro de 2023. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta reunião, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos(as) Vereadores(as) Sónia Marisa Lopes Azevedo, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Pedro Manuel Soares Vieira


Ana Cunha



(em substituição da Vereadora Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves). ----
Não estiveram presentes os Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares
Albergaria, Vítor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira,
Márcio Santos Correia e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando
por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-
line. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e
remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento
para o efeito, informando ainda que iria circular uma declaração para ser
subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o
consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de
Dados (RGPD). -----

Informou que os membros Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Manuel
Oliveira de Almeida (PS), Carlos Ferreira Martins da Silva (IL) e Carlos
Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes
nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos
pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a
seguir discriminado: -----

- Ana Lamas: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva, -----
- Manuel de Almeida: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa, --
- Calos Martins: substituído pelo Paulo Jorge Silva Vieira *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Daniel João dos Santos Moreira, Diana Isabel Espinheira Nogueira e Daniel Eduardo Ferreira de Melo – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão)*,-----
- João Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal.-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa de 3 pedidos de delegação de
representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das



João Cunha

seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Mozelos: José Carlos Pinto da Silva (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Maria José Reis Ferreira Coimbra;-----
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Renato de Almeida Faria, o qual faltou;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho.---

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 49 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Mozelos – Maria José Reis Ferreira Coimbra; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de



Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisandê – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva;-----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Paulo Jorge Silva Vieira;-----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves;-----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): João Paulo Oliveira Vidal;-----

Independente (IND): Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

Entrou no decorrer da reunião: José Moreira de Jesus Castro (PSD).-----

Faltou à reunião, sem ser substituída: Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD) e Renato de Almeida Faria – da Junta de Freguesia de São João de Ver (PSD).-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia passou a introduzir os pontos n.os 7 e 9 da Ordem do Dia.-----



7 - Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA para 2024 -----

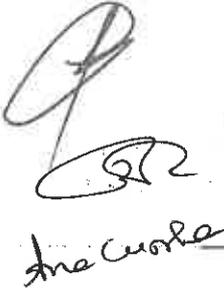
9 - Contrato-Programa entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos, conjuntamente, e submetidos à votação, em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que as acompanha - documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que a CDU louva a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira pela qualidade evidente da ação que desempenha no Município, bem como pela importância do seu papel na dinamização da cultura entre os jovens e junto da população feirense, pelo que iria votar favoravelmente o programa a celebrar com a referida associação. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) dando nota que concorda com a celebração do contrato-programa a celebrar com a Sociedade de Turismo, o qual vota favoravelmente. Questionou o porquê de, sendo a Câmara acionista das empresas municipais Feira Viva e Sociedade de Turismo, não serem aproveitadas as mais-valias que a Feira Viva tem ao nível de publicidade, para alavancar a Sociedade de Turismo pelo País e, talvez, pela Europa. -----

Disse que também vota favoravelmente o contrato-programa a celebrar com a Associação Orquestra e Banda Sinfónica, por considerar ser uma mais valia aproveitar os jovens, salientando que, para além de ser um


Ana Cunha



incentivo, é uma oportunidade para quem é bom.-----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) dando nota que nada tem a obstar quanto à celebração dos contratos-programa em apreço, pelo que iria votar favoravelmente os dois pontos.-----

Disse, no entanto, questionar como é que, na transferência da Câmara para a Sociedade de Turismo, se chegou ao montante de 255 mil euros. ----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que as Termas de S. Jorge e a Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens são uma mais-valia para o Município, pelo que considera que se deve estar atento quanto às necessidades das mesmas e continuar a colaborar para que possam exercer as suas funções. Referiu, quanto às Termas, que fica com a expectativa de que a diversidade dos clientes possa fazer com que as mesmas possam ser, a médio prazo, cada vez mais sustentáveis.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse, em relação ao contrato-programa com a Sociedade de Turismo, convergir com o que afirmou relativamente ao contrato-programa com a Feira Viva, ressaltando que, para o BE, não se trata de uma discussão de conteúdo, mas sim de forma, reforçando que o BE discorda da forma como as empresas municipais são enquadradas na atividade do Município, e que tal ainda é mais acentuado na Sociedade de Turismo, onde a participação do Município é praticamente totalitária.-----

Em relação ao contrato-programa com a Associação Orquestra Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, disse querer aproveitar a oportunidade para saudar o trabalho por ela realizado, dando nota do voto favorável à celebração deste contrato. -----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS) que,



hacurha

aludindo ao contrato-programa com a Sociedade de Turismo, disse que é com agrado que o grupo municipal do PS regista a sua evolução positiva, na medida em que vê algumas das sugestões, que tem vindo a fazer, nos últimos anos, a serem, efetivamente, acolhidas. -----

Regista um maior esforço em promover a frequência das Termas por parte da população sénior, assim como o alargamento dos programas sociais, que o PS sempre defendeu, acrescentando que esse alargamento faz todo o sentido tendo em conta todo o investimento feito, neste equipamento, de forma sistemática, pela Câmara Municipal. -----

De seguida, pediu esclarecimentos sobre os moldes em que alguns dos programas sociais serão implementados, nomeadamente o Programa Termas para quem cuida, o Programa Termalkids para todos, o Programa Bem-Estar mental, e o Programa TermalSenior. -----

Referiu ainda que o PS continua a insistir na necessidade de criar uma maior ligação entre as Termas e a população de Caldas de São Jorge, e que espera que, no futuro, esta sugestão também seja tida em conta pelo Executivo e pela Sociedade de Turismo. -----

Disse, de seguida, que alguns trabalhadores das Termas se encontram em situação de precariedade, com contratos de 9 meses, passando os restantes 3 meses no fundo de desemprego, pelo que o PS considera essencial que se criem condições para o funcionamento ininterrupto das termas, permitindo, por um lado, garantir a prestação dos serviços durante todo o ano, e, por outro lado, garantir contratos estáveis aos seus trabalhadores. -----

Concluindo, deu nota que o grupo municipal do PS, dada a evolução que considera positiva, se iria abster na votação deste ponto. -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que, aludindo ao projeto da Orquestra e Banda Sinfónica, disse ter falado a esse respeito em sessões recentes desta Assembleia e que, desde então, julga não ter havido

Ana Cunha



de evolução face às sugestões que fez, daí querer reforçar duas delas.-----

Salientou que a primeira é no sentido de valorizar a direção artística, dizendo que já é altura de o corpo diretivo ser composto apenas por músicos de Santa Maria da Feira.-----

Referiu que a segunda sugestão é de âmbito social, mencionando que a compra de um instrumento musical pode ser um fator de decisão para a exclusão de um determinado aluno, e, portanto, considera que seria altura deste projeto olhar para esse lado e financiar, se possível, alguns instrumentos.-----

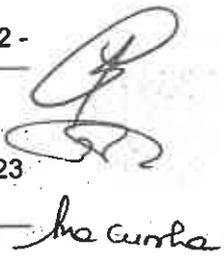
Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“CONTRATO PROGRAMA PARA 2024 A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

O contexto político, económico e financeiro mundial, que continua a agravar a pressão já sentida sobre os mercados comerciais e financeiros, tem tido um impacto brutal nos custos operacionais. Os índices da taxa de inflação registados e crescente subida das taxas de juro neste último trimestre do ano, com efeitos claros sobre o custo de vida em geral e a impossibilidade de refletir no preço final aos termalistas, o aumento dos custos operacionais, pela escalada dos preços de bens e serviços e pela subida dos custos com o pessoal.-----

O agravamento do Serviço Nacional de Saúde e conseqüente estado geral da população, torna fundamental garantir a acessibilidade e prestação de cuidados de saúde termais, seja na prevenção seja no tratamento, usando as termas de São Jorge enquanto equipamento da rede de prestadores de cuidados de saúde.-----

Num plano de promoção de saúde e prevenção de doenças, o Município entende ser de manifesto interesse público, principalmente dos munícipes



João Cunha

feirenses, contribuir para o reforço da atividade assistencial e de cuidados regulares de saúde. -----

Tendo como principal foco o interesse público no funcionamento do estabelecimento termal, o Município pretende com este contrato-programa garantir o acesso aos cuidados de saúde termais a todos os que deles necessitam, independentemente dos custos acrescidos no seu funcionamento. -----

Analisando o contrato-promessa e os objetivos traçados verifica-se uma evolução e uma visível melhoria das propostas que acompanham o contrato-programa da sociedade de Turismo, por via de um maior incentivo da utilização das termas e promoção da acessibilidade ao tratamento termal pelos munícipes. Algo que tem sido muito trabalhado pelo executivo da câmara municipal e a sociedade gestora. -----

Ao abrigo do contrato-programa proposto para 2024, destaca-se o aumento das obrigações decorrentes do contrato: -----

Para além do benefício universal que transita do contrato anterior em que "Todos os munícipes feirenses usufruem da oferta da inscrição e de 15% de desconto no valor dos tratamentos de patologias, com indicação médica" (o que pode significar um benefício médio efetivo de mais de 70 euros, ora se pensarmos que o apoio máximo do Estado é de 95 euros, é fácil perceber o compromisso do município na acessibilidade à frequência termal). -----

Acresce ainda:-----

- Majoração em mais 5% (isto é, um benefício final de 20% no valor dos tratamentos) para seniores (escalão A Feira Sénior), crianças e jovens até aos 18 anos, e todos os portadores de atestado Multiusos de incapacidade;

- Acresce ainda o compromisso de desenvolvimento de programas termais dirigidos aos cuidadores informais, e em parceria com o Centro Hospitalar entre Douro e Vouga, na da área saúde mental, uma área da saúde que tanto preocupa e afeta os jovens nos dias de hoje. -----

E ainda: -----

Ana Cunha



O desenvolvimento de um Projeto piloto de 100 programas terapêuticos de 15 dias, dirigido a crianças residentes no concelho de Santa Maria da Feira, com problemas respiratórios, referenciadas pelo médico de família, que se pretende ser acompanhado de um estudo clínico. -----

Todas estas novas obrigações são assumidas, sem prejuízo da manutenção e consolidação do programa TermalSenior, programa terapêutico de 15 dias dirigido aos seniores com mais de 60 anos, acessível a todas as freguesias do concelho, onde além dos benefícios acima referenciados, usufruem ainda de transporte gratuito. -----

Ora, se considerarmos um gasto médio de 300 euros, estes compromissos podem representar mais de 70.000 euros do contrato programa, e ainda assim, o valor do subsídio ao contrato programa reduz 40.000 Euros relativamente a 2023. -----

A Bancada do PSD, por acreditar que neste contrato, acima da procura do equilíbrio orçamental, (como referi, menos de cerca de 40.000 euros em relação ao contrato de 2023), reflete a política de promoção de saúde do Município – que aliás deveria servir de exemplo ao Estado Central nesta fase onde se espera a definição dos moldes de comparticipação a partir de 2024 – representando cada vez mais benefícios diretos aos munícipes e favorecendo o incremento da frequência das termas pelos Feirenses. Face ao exposto, acreditamos que está a ser percorrido o caminho certo para a sustentabilidade da atividade termal em Santa Maria da Feira.” -----

Posto isto, o membro Rodolfo Castro disse querer dar uma breve nota em relação ao contrato-programa a celebrar com a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, salientando que, ainda recentemente, foram abertas vagas para a admissão, com a participação de 135 pessoas, em que 100 foram admitidos, com a média de idades a rondar os 17 e os 18 anos. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, por isso, o PSD acha, e vai continuar a achar, que este é um projeto com muito futuro. -----



João Cunha

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que lhe apraz registar que, pelas intervenções efetuadas, há quase consenso em relação aos contratos-programa em apreço.-----

Relativamente à sugestão dada pelo membro Miguel Branco quanto à fusão das empresas municipais Feira Viva e Sociedade de Turismo, informou que tal dossier está em cima da mesa, mas que é um processo burocrático complicado e a gerir com prudência, pois, envolve questões financeiras e precisa do aval do Tribunal de Contas. Informou que a Câmara tem um consultor no processo, e a ideia é fundir as duas instituições, potenciando o uso de recursos, como seja, por exemplo, a comunicação das Termas, uma vez que é uma área em que a Feira Viva tem grande know how. -----

Sobre a questão, colocada pelo membro Paulo Vieira, de como se chegou ao valor do subsídio à exploração atribuído à Sociedade de Turismo, referiu que resposta se encontra na página 19 do Plano e Orçamento para 2024. -----

Explicou que há uma estimativa de despesa e de receita, acrescentando que, como a Câmara quer aplicar um preço de venda dos serviços, inferior ao custo real, para atrair os mais idosos, as crianças e outros, paga a diferença, salientando que como a receita estimada é deficitária, e se quer ter uma política social, tem de se praticar um preço abaixo do custo, tendo o Município de fazer a compensação. -----

Sobre a questão da sustentabilidade das Termas, de que falou o membro Ângelo Santos, referiu que esse é um objetivo a atingir.-----

Em relação ao discurso proferido pelo membro Tiago Paiva disse que, obviamente, respeita o princípio do BE de ser contra as empresas municipais.-----

De seguida, sobre o pedido de informação feito pela deputada municipal Fátima Oliveira quanto aos programas sociais e aos descontos para os residentes em Caldas de São Jorge, lembrou que já feitos descontos aos residentes.-----

Sobre o programa "Termas para quem cuida", disse ser um projeto que



Ana Cunha

está a ser desenvolvido junto com a Divisão Social da Câmara, destinados aos cuidadores, que vivem 24 horas a cuidar de outros, oferecendo-lhes tratamentos termais, a preços reduzidos. Disse ter conhecimento de um caso concreto, de uma mãe que tem um filho deficiente a fazer tratamentos nas Termas, sentindo ela própria necessidade de fazer tratamentos, naquele tempo e espaço, comentando que são situações sociais a contemplar, o que todos concordarão. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Marco Gonçalves, sobre a compra de instrumentos dos participantes na Orquestra, informou que já existem alguns apoios e que a Câmara ajuda sempre que possível, mas que é preciso haver pragmatismo, até porque, alguns instrumentos são extremamente caros. Concluindo, disse que iria deixar esta nota ao Vereador responsável, para este avaliar a situação exposta. -----

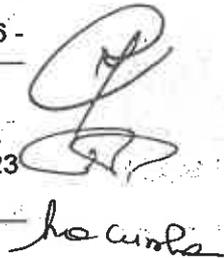
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

7 - *Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA para 2024* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:27; CDS-PP, IL, CH, CDU, IND, PS:4 - Rui Alves Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), 1 voto contra (BE) e 12 abstenções (PS), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 20 de novembro de 2023. -----

9 - *Contrato-Programa entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:27, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 20 de novembro de 2023. -----



ho cunha

10 - A1 - Auto-Estrada do Norte - Sublanço Feira-Carvalhos - Trecho Feira - Nó com o IC 24 - Alargamento e Beneficiação de 2x3 vias -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que questionou o porquê desta clarificação agora quando se trata de uma obra terminada a 31 de agosto de 2006. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que a burocracia é assim, que se trata de um processo expropriativo, que foi conduzido pela Brisa, realçando que, aquando da declaração de utilidade pública, o Estado autoriza o expropriante a tomar posse dos terrenos, mas os diferendos continuam e até seguem para tribunal, o que leva muito tempo. Concluindo disse que, futuramente, serão presentes a este órgão mais casos semelhantes, porque são muitas parcelas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD:27, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a celebração do contrato de mutação dominial, respetivos termos e condições, referente às parcelas 476/1, 481 e 535/1, necessárias à obra designada por "A1 - Auto-Estrada do Norte - Sublanço Feira-Carvalhos-Trecho Feira - Nó c/ o IC 24 - Alargamento e Beneficiação de 2x3 vias", em conformidade com a deliberação camarária supraidentificada. -----

Entrou o membro **José Castro**. -----

Handwritten signatures and initials.



11 - Consulta ao mercado para aquisição de imóveis para a habitação no âmbito do 1.º Direito/Plano de Recuperação e Resiliência, Investimento RE-C02-I01 - Programa de apoio ao Acesso à Habitação--
A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que, tendo a Estratégia Local de Habitação, como objetivo, 720 fogos, questiona como é que a Câmara pretende atingir este número já que no Plano e Orçamento não existe muita informação sobre o tema. -----

Questionou, ainda, se a Câmara se candidatou a financiamentos para a recuperação do parque habitacional existente.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Santa Maria da Feira, uma terra rica em história e tradição, é também lar de muitas famílias que enfrentam desafios diários relacionados à habitação. Neste cenário, as habitações camarárias, fechadas há anos e distribuídas pelos diversos bairros de habitação a custo controlado, surgem como uma peça crucial no quebra-cabeças da gestão habitacional municipal. O objetivo deste texto é lançar luz sobre a verdadeira situação dessas habitações e questionar as práticas adotadas pela nossa autarquia no que toca à sua gestão. -----

A primeira questão que nos surge é: quem são as famílias que habitam nessas habitações camarárias? Estão essas famílias em situação transitória ou permanente? É imperativo compreender se as medidas



adotadas são benéficas para um suporte temporário para famílias em dificuldade ou se, pelo contrário, têm a intenção de fornecer uma moradia permanente. A transparência nesse aspeto é crucial para que as famílias possam planear um futuro com segurança. -----

Outro ponto de preocupação é a prioridade dada às famílias feirenses no acesso a essas habitações. É fundamental saber com que base, quais são os critérios, como são identificadas e se a preferência é dada aos residentes locais. Os feirenses têm o direito de compreender se as políticas habitacionais fortalecem e apoiam as famílias já integradas na região. -----

No que diz respeito às 40 habitações fechadas que a autarquia possui, surge a dúvida sobre por que não são utilizadas para realojar as 50 situações já identificadas? Essas habitações fechadas podem representar uma solução imediata e eficaz para lidar com a questão habitacional de muitas famílias necessitadas. Uma análise cuidadosa sobre as opções dessa opção é crucial para entender se é uma solução praticável e eficiente. -----

Outro ponto essencial é a necessidade de um levantamento sério sobre a situação habitacional no concelho. Antes de adquirir ou construir novos fogos, é crucial compreender o estado atual das habitações, identificar aquelas que podem ser reabilitadas e oferecer uma solução imediata a algumas famílias. Uma abordagem progressiva, a começar pela reabilitação e depois avançar para a aquisição ou construção, pode ser mais eficiente e económica. -----

Um ponto de reflexão relevante é a natureza da habitação social como algo aparentemente permanente. Por que as políticas habitacionais não adotam uma abordagem mais dinâmica e transitória? A ideia de que a autarquia deve apoiar uma família por um período específico e, posteriormente, encorajá-la à evolução e mudança de habitação é digna de consideração. O adágio "se vires alguém com fome não lhe dê um peixe, ensina-o antes de pescar" pode ser aplicado aqui. Incentivar a independência financeira e social das famílias é uma abordagem que não poderia apenas resolver

João Costa



problemas imediatamente, mas também criar uma comunidade mais forte, autossuficiente e resiliente a longo prazo.”

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que referiu que a habitação é um tema bastante importante, pois é um dos problemas do país, salientando que é preciso fazer algo, questionando, a título de sugestão, se no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, está previsto fazer algum trabalho em conjunto com as juntas de freguesia, no sentido do levantamento das habitações em estado de ruína ou de abandono, que possam ser recuperadas integrando este Programa, sensibilizando os proprietários para o efeito.

Interveio o membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) que disse que, uma vez que se vai consultar o mercado para adquirir imóveis para habitação, questiona se o levantamento de habitação construída e degradada está contemplado no Programa, em referência. Disse que, assim, gostava de saber se há um levantamento a fundo, em todas as freguesias, para ver a possibilidade de aquisição ou de reestruturação desses edifícios, de modo a colocá-los no mercado de arrendamento ou de habitação a custos controlados, para melhorar o parque habitacional do Concelho.

Concluindo, deu nota que existe muita habitação degradada no Concelho e, antes de construir mais, se devia tentar reabilitar a existente.

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse ser importante relembrar que a habitação é um direito, mas ao que ouve, parece um privilégio. Referiu que é dever público, da autarquia, garantir que todos os cidadãos que vivem em Santa Maria da Feira tenham uma habitação condigna, e de acordo com as suas necessidades, tal como é definido pela Constituição. ---

Em relação à identificação das necessidades disse que, apesar de considerar que as mesmas possam estar desatualizadas, tal trabalho foi



Ma Cunha

feito aquando da elaboração da Estratégia Local de Habitação. Salientou que, para o BE, o ponto de discordância diz respeito à demora da resposta nas soluções efetivas de habitação, como a reabilitação e a construção de novos fogos. -----

Destacou que o BE vota favoravelmente a proposta apresentada, mas que fica a questão se o tempo que se demora a avançar, não fará desta, uma proposta condenada ao fracasso, acrescentando que o valor máximo definido por m², na Estratégia Local de Habitação, é de 1.228 € na aquisição, o qual já é cerca de 80% do valor de mercado por metro quadrado, neste momento, em Santa Maria da Feira. -----

Concluindo, perguntou se não seria possível atualizar estes valores, sob pena, desta medida estar condenada ao fracasso, pela falta de propostas para adquirir os 20 fogos em causa. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) dizendo que ouviu falar de uma mãe que tem um filho deficiente, mas que queria salientar que não existem pessoas deficientes, mas sim pessoas que têm alguma limitação, que têm alguma deficiência, ressaltando que enquanto se considerar que as pessoas são deficientes, não se vai conseguir ter políticas verdadeiramente inclusivas, políticas que tratem as pessoas como pessoas. Quanto ao ponto em apreço, referiu que o Sr. Presidente da Câmara, na mensagem inicial que consta no Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2024, fala em alavancar o desenvolvimento económico, exigindo serviços de excelência na saúde, na educação e noutras áreas, bem como fala da habitação e de toda uma rede de equipamentos e serviços de qualidade que façam do concelho um local atrativo para viver. -----

Disse que o grupo municipal do PS está em sintonia quanto a isso, e, por isso mesmo, questiona se, não fosse o 1.º Direito financiado por um programa do Governo, por um programa de recuperação e resiliência, que políticas é que a Câmara tem para garantir melhores condições de


Ana Cunha



habitação no Concelho, que políticas tem para conseguir atrair jovens, com habitação a custos controlados, que políticas tem de reabilitação dos bairros sociais que estão bastante degradados, que políticas tem para garantir mais cooperação com o setor privado, que políticas tem para reabilitar as casas devolutas e o centro histórico, que políticas tem para, efetivamente, garantir que Santa Maria da Feira é um concelho com habitação e com qualidade de vida, conforme defende o Sr. Presidente da Câmara. -----

Acrescentou que o grupo municipal do PS defende a redução de IMI, defende o arrendamento a custos controlados para fixação de jovens, defende medidas de apoio e incentivo de construção de habitações para a classe média e famílias mais carenciadas, defende um programa de reabilitação urbana com incentivos à requalificação do parque habitacional, defende programas de incentivo à eficiência energética e sustentabilidade, que podem ser definidas por programas municipais, acrescentando que estes financiamentos são melhor empregues do que nos custos que o Município paga, constantemente, para marketing e peças jornalísticas, para dizer que o Concelho é o maior. -----

Concluindo, asseverou que, para o grupo municipal do PS, é preferível que o concelho de Santa Maria da Feira seja o maior, do que dizer que o é. -----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) dizendo que, do seu ponto de vista, as intervenções efetuadas nada têm a ver com o assunto em discussão, acrescentando que não há medida mais rápida e imediata do que aquela que o Município está a propor, para resolver problemas imediatos. -----

Disse, ainda, gostar muito de ouvir as pretensões e as propostas do Partido Socialista, mas gostava mesmo é que fossem colocadas na Assembleia da República, pela deputada municipal do PS, Susana Correia, uma vez que é, também, deputada na Assembleia da República. -----

Referiu ser importante recordar que o PCP e o BE não estão isentos de



ho curbe

culpas porque viabilizaram seis Orçamentos de Estado que nada fizeram para a política de habitação, comentando que é fácil vir para esta Assembleia Municipal apontar, mas que, quando é para decidir, em Lisboa, é mais complicado.

Disse, a título de exemplo, que a rua mais cara do distrito de Aveiro é a Avenida Doutor Lourenço Peixinho, em Aveiro, onde o PCP era dono de uma casa muito conhecida, a vivenda Aleluia, a qual permutou, tendo o PCP recebido um conjunto de habitações. Fez notar que, dessas habitações, nenhuma foi colocada no mercado local de alojamento, porque elas custavam 700 mil euros, frisando que esta é a política do PCP, a de olhar para o seu próprio bolso.

Relativamente a Santa Maria da Feira e às habitações sociais que estão fechadas, disse que 40 habitações dão pouco mais do que uma por freguesia, frisando que qualquer freguesia necessita, efetivamente, de ter uma habitação de reforço porque, a qualquer momento, acontece uma fatalidade a uma família e é preciso um alojamento rápido.

Em relação às requalificações das habitações sociais existentes, recordou que há uma linha de apoio, em que o Município podia candidatar, exclusivamente, habitações com 15 anos de existência. Salientou que foi isso que o Município fez, tendo começado pela reabilitação de algumas, como os empreendimentos de Fiães, de Paços de Brandão e outros, estando a percorrer todo o concelho, recordando que Santa Maria da Feira tem mais de 800 fogos de habitação social.

Referiu que construir não é, por regra, a política do Concelho, porque a Câmara tem uma política social muito mais a montante, para tentar resolver antes que as pessoas precisem, efetivamente, de habitação social, frisando que o Município é reconhecido pelo enorme apoio social que dá à sua população.

Salientou que muitos gostam de apontar os concelhos vizinhos, mas que ele não gostava de ver em Santa Maria da Feira o que vê, por exemplo, em

André Curto



São João da Madeira, ou o que vê à entrada dos concelhos de Vila Nova de Gaia ou de Ovar, comentando que esses são tristes exemplos que, felizmente, Santa Maria Feira não tem. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse, no seguimento do discurso proferido pelo membro Rui Ribeiro, que o Bloco de Esquerda está perfeitamente tranquilo com as posições que tomou, e que continua a tomar, em matéria de política habitacional. -----

Sobre o resultado das votações de seis orçamentos, convidou o membro Rui Ribeiro, a ler a Estratégia Local de Habitação de 2019 de Santa Maria da Feira, objeto de um estudo feito por uma organização independente, para ver o resultado de governação municipal do PSD, e comprovar o estado em que estava a habitação social, à data. -----

Em relação aos programas de reabilitação disse que, com o financiamento do Governo, vieram ajudar a melhorar o parque habitacional público, reafirmando o convite ao membro Rui Ribeiro para que faça o exercício de ler o estado da habitação pública em Santa Maria da Feira, que está presente na Estratégia Local de Habitação de 2019. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) questionando o membro Rui Ribeiro se realmente já visitou alguma das habitações de emergência, de alguma habitação social, acrescentando que ele já visitou e pode dizer que não têm condições dignas para se viver. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** recordando que a discussão se centra no lançamento de um concurso para aquisição de 20 fogos no âmbito do programa 1.º Direito, e comentando que ouviu falar de tudo, menos disso. -----

Referiu que o Município tem, de facto, algumas casas disponíveis para emergências, reconhecendo que pode haver uma ou outra que não esteja



João Cunha

em boas condições, o que até é comum numa casa desabitada. -----
Relativamente ao estudo da situação das famílias, disse haver todo um trabalho de campo do departamento de ação social da Câmara, onde são sinalizadas as situações, frisando que se trata de um tema muito delicado, que não se resolve com palavras nem ideias feitas, pois cada caso é um caso. Fez notar que são situações complexas, muitas vezes envolvendo situações de violência, problemas de comportamentos aditivos, como o alcoolismo, pelo que não se pode tratar tudo de igual forma, acrescentando que tais casos não são tratados pelo Presidente da Câmara, mas sim por profissionais qualificados do setor social, que fazem este trabalho e apresentam os resultados para, depois, serem tomadas medidas em conformidade. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Paulo Vieira, salientou que a Estratégia Local de Habitação de Santa Maria da Feira não se baseia naquilo que o Presidente da Câmara ou o Vereador responsável por essa área se lembraram, mas sim no levantamento que foi feito no terreno. -----

Disse concordar com a afirmação do membro Tiago Paiva de que a habitação é um direito, assim como concorda que o processo está a andar demasiado devagar, dando nota do tempo e da complexidade burocrática que vai desde o projeto até à empreitada. Explicou ser por isso que a Câmara vai ao mercado, porque o setor privado é mais ágil, por não estar sujeito às regras do setor público. -----

Sobre o preço por m² em Santa Maria da Feira, disse pensar que ronda os 1300 euros, não entendendo a diferença de preço entre os municípios, e que até já questionou o Sr. Ministro sobre isso, porque o pedreiro ou os materiais de construção custam o mesmo em Espinho, em Vila Nova de Gaia ou em Santa Maria da Feira, e mesmo admitindo que haja diferença de preços nos terrenos, a diferenças não deveria ser de tal envergadura. -----

Relativamente à chamada de atenção da deputada municipal Lia Ferreira, de que não há pessoas deficientes, disse concordar com a mesma, mas que

João Cunha



a facilidade de linguagem o levou a proferir tais expressões. -----

Referiu que a mesma defendeu um programa de Governo e que o financiamento da habitação é do Orçamento de Estado, ressaltando, a esse respeito, que esse Orçamento leva quase todo o dinheiro dos impostos, enquanto as autarquias só podem avançar quando têm dinheiro para tal. --

Quanto à crítica de que o Município não tem políticas de reabilitação, disse que tal não corresponde à verdade, afirmando que, recentemente, foram definidas as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), que permitiram uma diminuição do preço de construção de uma habitação acima dos 20%, e agora existem as Operações de Reabilitação Urbana (ORU), com o mesmo desconto, frisando que o Município tem uma verdadeira política de incentivo à reabilitação dos imóveis. -----

Sobre a redução de uma série de impostos, de que falou a Lia Ferreira, disse estar de acordo, ou seja, também defende que o Estado cobre menos impostos. -----

Lembrou que o Município fez a reabilitação de 11 bairros de habitação social, de 12 empreendimentos, e vai proceder à reabilitação de mais alguns, recordando que só podiam fazer candidaturas para imóveis com mais de 15 anos e algum grau de degradação, para além de outros critérios a cumprir. -----

Concluindo, em relação à questão dos financiamentos do Governo, realçou que o Governo não financia nada, que são as câmaras municipais que financiam, acrescentando que, na maioria das vezes, são dinheiros provenientes dos fundos comunitários, ou seja, da Europa. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que, agradecendo os esclarecimentos prestados, disse ter questionado quais as políticas municipais que a Câmara tem para conseguir ter mais habitações no Concelho, mas que não obteve resposta. Disse que não quer saber qual é o programa do Governo e qual é o financiamento que o Governo abriu, e que



fez com que a Câmara Municipal tivesse, pela 1.^a vez, uma Estratégia Local de Habitação, mas sim qual a estratégia e o programa adicional que a autarquia possa ter, ou estar a desenhar, para, realmente, ter políticas de habitação no Concelho, para além de todo o apoio social. -----

Realçou que o apoio social é uma coisa, mas que não está a falar disso, mas sim de políticas para o parque habitacional em Santa Maria da Feira, além do programa 1.º Direito, para ter mais habitação e para fixar mais pessoas no Concelho. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que frisou que o assunto em discussão é referente a 20 fogos que a Câmara pretende adquirir, havendo uma diferença de 700 fogos, face aos 720 previstos, pelo que questiona o que é que a Câmara pretende fazer para atingir essa previsão. -----

Salientou que a segunda questão que colocou é se a Câmara se candidatou a verbas para fazer a recuperação do parque habitacional existente. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que o Município tem, na sua Estratégia Local de Habitação, explicadas as medidas. Reafirmou que, ao longo destes anos, foram definidas Áreas de Reabilitação Urbana para potenciar a recuperação de imóveis degradados nos centros urbanos, e, atualmente, as Operações de Reabilitação Urbana, que visam permitir a mesma redução de impostos. -----

Salientou que a resolução deste problema habitacional passa, no entendimento do Executivo, também, pela construção de habitação, e que é por isso que o Executivo está a tentar que se construa habitação em Santa Maria da Feira. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que esta intervenção advém de ter sido visada, enquanto Deputada da Assembleia da República, pelo membro Rui Ribeiro, pelo que lhe queria dizer que a


Ana Cunha



Deputada Susana Correia está disponível para reunir com o partido do mesmo, o PSD, caso este entenda apresentar alguma proposta para ser apresentada na Assembleia da República. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), autorizar a Aquisição de Imóveis para a Habitação no âmbito 1.º Direito/ Plano de Recuperação e Resiliência, Investimento RE-C02-I01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, mediante abertura do procedimento de consulta ao mercado com publicitação, imediata, da deliberação tomada, através de Edital, no Diário da República e no sítio do Município na internet, nas sedes das Juntas de Freguesia, bem como em dois jornais, um de âmbito local, e outro, de âmbito nacional, conforme deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Daniel Gomes. -----

12 – Protocolo de cedência de instalações entre o Município e a União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a



ho Cunha

favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o protocolo de cedência de instalações em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Daniel Gomes. -----

13 - Reforço/Atualização do apoio atribuído à Junta de Freguesia de Fiães - Obras de requalificação, adaptação, de edifício para instalação da Sede da Junta de Freguesia-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de outubro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), reforçar o valor do apoio financeiro concedido na sequência da resolução camarária de 20 de setembro de 2020, sufragada por deliberação da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, passando esse valor a ser de 210.967,00 €, mantendo-se todas as demais condições e termos, conforme deliberação camarária em epígrafe. -----

14 - 5.ª Alteração Orçamental Modificativa - retificação anos seguintes-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual

João Cunha



apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tal como proposto na deliberação camarária supraidentificada. -----

15.º – Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, a celebrar entre a AMP - Área Metropolitana do Porto e o Município, bem como assunção do respetivo compromisso plurianual -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse ser inconcebível que a discussão da rede de transportes ainda esteja a ser discutida neste ponto, acrescentando que os municípios da Área Metropolitana do Porto tiveram três anos para preparar este assunto, mas que este aparece tarde, a más horas e no meio de uma confusão que ninguém consegue perceber. -----



me canha

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a alteração em apreço tem a ver, essencialmente, com a criação da empresa metropolitana de transportes, e da possibilidade de delegação de competências ser transferida para tal entidade. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS: 16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a celebração do segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transporte, entre a Área Metropolitana do Porto e o Município, bem como a assunção do respetivo compromisso plurianual, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, em conformidade com as deliberações tomadas pela Área Metropolitana do Porto e pela Câmara Municipal de, respetivamente, 03/11/2023 e 04/12/2023. -----

16 - Transferência de Competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto - AMP nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em Vias Navegáveis Interiores -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor



(PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), nos termos das disposições conjugadas dos artigos 30.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos nas suas atuais redações, conceder acordo prévio favorável à transferência de competências do Estado para a área Metropolitana do Porto, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em Vias Navegáveis Interiores, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

Saiu o membro *Minervina Rocha*.

17 - Concessão de Serviço Público Gestão e Exploração da Interface de Transportes Lourosa/Fiães

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que se iria abster visto que a CDU continua a aguardar a resposta a um requerimento dirigido à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com questões dirigidas à Câmara no âmbito desta matéria, em 23/10/2023.

Reforçou que, dado a CDU não ter a informação necessária do plano que a Câmara tem para o Interface, se iria abster.

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) dizendo que o estudo que instrui o

[Handwritten signatures]
Ana Cunha



da concessionária. Realçou que o estudo tem a data de 24 de novembro de 2023, daí dizer que a decisão já estava tomada, mas que era preciso perceber quanto é que o Município teria de receber. -----

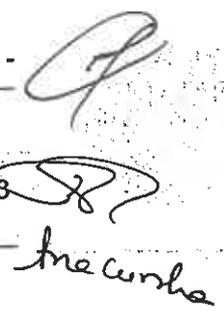
Sobre o estudo, disse que os pressupostos do mesmo são, desde logo, bastante questionáveis, uma vez que estima que existirão 42.870 toques, ao preço de 1,40 € cada. Referiu que o grupo municipal do PS fez um levantamento de vários serviços semelhantes existentes no país, e percebeu que, para servir a população que a interface vai servir, que são 70 mil utentes, o número estimado de toques parece, claramente, inferior.

Ressaltou que, sabendo-se que a principal receita da interface será o produto da relação entre o número de toques e o valor de cada um, pode-se estar a definir, artificialmente, um valor demasiadamente baixo que o concessionário tem de atribuir ao Município. Fez notar que esta parte do problema podia ser superada se fosse definido, no contrato, que uma percentagem das receitas, acima do cenário base, revertesse a favor do Município, mas que, por algum motivo, isso não foi feito.-----

Aludiu, ainda, às concessões rodoviárias, em que o privado faz a estrada, recebe o dinheiro das portagens e, em caso da receita ser insuficiente, o Estado paga o resto, bem como à concessão da Indaqua, em que o privado faz a rede de distribuição de água e de captação das águas residuais, recebe dos utentes e, se a receita não for suficiente, pede o reequilíbrio económico e financeiro do contrato.-----

Referiu que, depois, há esta concessão, em que Município constrói a interface de transportes, dá a possibilidade a um privado de gerir o negócio, bem como de adquirir um conjunto de equipamentos. -----

Assinalou que é um contrato que garante o direito à exploração da interface, que obriga o concessionário a entregar ao Município 308 euros por mês, bem como a adquirir um conjunto de equipamentos que totalizam cerca de 50 mil euros, o que dá uma renda mensal equivalente a cerca de 1.000 euros, o que, ao grupo municipal do PS, parece extraordinariamente



ma Cunha

pouco para um imóvel que custou 2,1 milhões de euros. -----
Disse que lhe causa estranheza que o estudo ignore, olímpicamente, uma condição que é essencial para o privado prosseguir com a sua atividade, que é a exploração do imóvel e dos bens. Ressaltou que a habilidade deste estudo é, precisamente, a de ignorar que a atividade decorre num imóvel que custou 2 milhões e 100 mil euros, indicando que as despesas de conservação e de reparação de todo o equipamento são apenas de 2 mil euros, frisando que é impossível, com tal verba, fazer a conservação e manutenção de todo o equipamento. -----

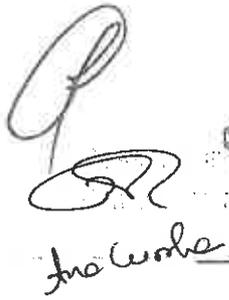
Disse considerar que o 'capex' está claramente errado, pois entende que deviam ser consideradas as despesas de amortização e de depreciação que, no caso de um imóvel de 2 milhões e 100 mil euros, seriam de 42 mil euros por ano, 3.500 euros por mês, comentando que este é o valor que se teria de pagar por qualquer pavilhão industrial localizado no Concelho. -----

Concluindo a sua intervenção sublinhou que, ao grupo municipal do PS, parece evidente que o concessionário não vai pagar ao Município aquilo que teria de pagar para utilizar este imóvel. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que a Interface de Transportes de Lourosa/Fiães é um equipamento que custou 2 milhões de euros, mas que pede que apareça um privado interessado em explorá-lo. -----

Sobre a questão da amortização do imóvel, de que falou o membro Daniel Gomes, disse ser evidente que o equipamento vai ter despesas de funcionamento, pois vai precisar de ter segurança e de ter 4 ou 5 funcionários, porque vai funcionar todos os dias, durante horários alargados, acrescentando que a única fonte de receita será um bar, pelo que espera que apareça alguém para o explorar. -----

Sobre o número de toques que consta no estudo disse tratar-se de uma estimativa, de um valor base que tanto pode ser otimista como pessimista.



João Cunha



Realçou que o número de toques é o número de vezes que um autocarro para na interface, comentando que está mesmo a ver que muitos, à boa maneira portuguesa, vão evitar de parar na interface para não pagar um euro e meio, e vão parar algures no Paço dos Duques ou no Picoto. Disse tratar-se de um negócio que acarreta um risco muito elevado, por causa dos custos de funcionamento, como sejam, os custos com pessoal e os custos com a energia, ressaltando que a questão do imobiliário, dos 50 mil euros, nem sequer é relevante, pois esta não é uma situação para o Município recuperar o investimento, quem dera que o fosse, que aparecesse alguém a oferecer valores que permitissem ao Município recuperar o investimento.

Concluindo, registou que o estudo não foi feito pela Câmara, mas sim por uma entidade externa que foi contratada para o efeito, reforçando que só espera que apareça um candidato a explorar aquele equipamento.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD:27, IND, PS:4 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), 13 votos contra (PS:12, BE) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CH, CDU), autorizar a celebração do contrato de concessão de serviço público e gestão de exploração em epígrafe, bem como as condições gerais fixadas para efeitos de lançamento do respetivo procedimento concursal, tudo em conformidade com a deliberação camarária em epígrafe.

O membro **Paulo Vieira** (IL) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Sobre a abstenção da Iniciativa Liberal, nós, por princípio, não temos nada contra as concessões, mas não entendemos o porquê de todo este processo, em que apenas após a inauguração se pensou na gestão da Interface. Daí, a nossa abstenção.”-----



Ma Cunha

18 - Dedução da taxa de IMI atendendo ao número de dependentes - proposta de revogação parcial da deliberação tomada na SO de 22/09/2023 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

O membro **Tiago Paiva** (BE) efetuou a intervenção que, de seguida, se passa a citar, solicitando que a mesma fosse também considerada como declaração de voto: -----

“Votaremos favoravelmente, não obstante todas as nossas posições que manifestamos relativamente às opções tomadas a seu tempo, aquando da definição das taxas de IMI, nomeadamente no que toca às majorações e minorações tendo em conta a tipologia de imóvel e a sua inserção, ou não, no mercado de arrendamento. Mas, não obstante, votaremos favoravelmente esta proposta.” -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:27, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aplicar, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), a redução da taxa de IMI, para aplicação no ano de 2024, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: -----

1 dependente: 30,00 €; -----

2 dependentes: 70,00 €; -----

3 ou mais dependentes: 140,00 €, -----



Mais deliberou, revogar, parcialmente, a deliberação tomada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 22 de setembro de 2023.

Reentrou o membro *Minervina Rocha*.

19 - Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação para o exercício de 2024

A *Sra. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de novembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a *Sra. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação.

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar o mapa dos recursos financeiros para o exercício de 2024, em cumprimento do clausulado no contrato interadministrativo em referência e nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

20 - Alteração da postura de trânsito na Avenida do Monumento – São João de Ver

A *Sra. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de outubro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.



Ana Cunha

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que, na sequência do discurso proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, que falou na extensão e na perigosidade da via, no aumento do número de utentes que a usam devido à zona industrial e da necessidade de implementar ali uma redução da velocidade, queria questionar se também não seria de pensar nos peões. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara tem anunciado a importância das ciclovias e dos passeios para peões, como fez na última sessão desta Assembleia, daí questionar se não seria de pensar numa resposta a esse nível, na via em questão. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, face à questão colocada, disse ser um assunto a rever, comentando que, pelo que julga, já há partes da via que têm passeio. Saliu que, de qualquer maneira, o problema não é a berma, mas sim a velocidade a que aquela avenida convida a circular, pois é uma avenida larga e, com o aumento de fábricas instaladas na zona industrial, o risco é maior. Disse não pensar que a via necessite de ter passeio ao longo de toda a sua extensão, mas que essa questão será analisada pelo departamento de trânsito da Câmara. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicações na Avenida do Monumento, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

21 - Alteração da Postura de Trânsito - Rua do Cabo - Sanguedo-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de

Ana Cunha



dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha -
oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente
a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a
votação.

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a
favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração
postura de trânsito da freguesia de Sanguedo, com implicações na Rua
do Cabo, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

**Inclusão de Ponto na Ordem do Dia - "Convocação do secretariado
executivo metropolitano"**

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que, conforme discutido na
primeira reunião desta sessão, o arranque da nova rede de transportes
UNIR tem apresentado um conjunto de problemas que têm afetado os
municípios, desde os estudantes, aos trabalhadores e demais utilizadores
do serviço, tendo sido solicitado que esta Assembleia utilize a faculdade de
convocar o secretariado executivo metropolitano.

Referiu que, ouvida a Comissão Permanente, considerou-se que era
importante usar esta prerrogativa, pelo que, para o efeito, é necessário
acrescentar este ponto à Ordem do Dia desta sessão, fazendo notar que o
regimento desta Assembleia permite fazê-lo, desde que com o voto favorável
de dois terços dos seus membros.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a
Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor
(PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a inclusão do
ponto "Convocação do secretariado executivo metropolitano" na Ordem do
Dia da presente sessão, ao abrigo do n.º 3 do artigo 20.º do Regimento



Traculo

desta Assembleia Municipal.

22 - Convocação do secretariado executivo metropolitano

Após introduzir o assunto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o mesmo a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), convocar o secretariado executivo metropolitano, ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do artigo 3.º do Regimento desta Assembleia Municipal, para prestar esclarecimentos no âmbito da operação de transporte público rodoviário da Área Metropolitana do Porto.

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por saudar esta Assembleia por deliberar convocar o secretariado executivo metropolitano. - Deu nota que a próxima sessão ordinária desta Assembleia decorrerá em fevereiro próximo, mas que, dada a urgência da matéria e dado o estado atual e calamitoso da rede de transportes, e do início da operação da rede de transportes, seria de todo benéfico para os feirenses que se utilizasse o expediente da sessão extraordinária para o efeito, ao que a **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que a Mesa vai articular com o secretariado executivo metropolitano para aferir a melhor data para, o mais rápido possível, dar resposta às preocupações e aos tormentos que, neste momento, os munícipes de Santa Maria da Feira estão a atravessar.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições para intervir neste Período.

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.



De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. Nada mais havendo a tratar, às 22 horas e 35 minutos do dia 18 de dezembro de 2023, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Ana Patrícia Bastos da Cunha

[A large diagonal line is drawn across the bottom half of the page, likely indicating a signature or a mark.]